



Diário Oficial do MUNICÍPIO

ANO 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISÓPOLIS - BA

A Prefeitura Municipal de Crisópolis, Estado da Bahia, visando a transparência dos seus atos, vem a PUBLICAR:

PLANO DE AÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA 2022/2023 (REPUBLICAÇÃO)



LEI Nº 12.527/2011 - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

A Lei nº 12.527/2011 regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades.

A Lei vale para os três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive aos Tribunais de Conta e Ministério Público. Entidades privadas sem fins lucrativos também são obrigadas a dar publicidade a informações referentes ao recebimento e à destinação dos recursos públicos por elas recebidos.



Gestor: Leandro Dantas De Jesus Costa
Sec. de Governo:
Editor: Ass. de Comunicação PM Crisópolis - BA

**Leia o Diário Oficial do
Município na Internet
ACESSE
www.indap.org.br**





**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA DE CRISÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

**PLANO DE AÇÃO DA SECRETARIA
MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA
2022/2023**

Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar”.

Paulo Freire

**CRISÓPOLIS/BA
2022**



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA DE CRISÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

**Planejamento Estratégico da Secretaria Municipal
da Educação e Cultura – 2022/2023**

Leandro Dantas de Jesus Costa
Prefeito Municipal

Jeluse Barreto dos Santos
Secretária Municipal da Educação e Cultura

Zibia Ferreira da Silva
Subsecretária Municipal da Educação e Cultura

Carina Silva Nunes de Souza
Fabiane Dantas da Silva
Zilmara de Santana Matos
Departamento Pedagógico

Adriana Paula dos Santos e Santos
Professora- Presidente do CME

Joniene Pereira Bispo dos Santos
Conselheira do CME

Crisópolis/BA
2022



CERTIFICAÇÃO DIGITAL SOBRE O CÓDIGO DE CONTROLE: 2022 PMDECRISÓPOLIS/BA - ICP - Controle Pessoal 202200001

Este documento foi assinado digitalmente por certificação ICP-BRASIL / Versão eletrônica disponível pelo portal www.indap.org.br



SUMÁRIO

1. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO	6
2. JUSTIFICATIVA	11
3. ANÁLISE ESTRATÉGICA	15
4. METAS	20
5. IDENTIFICAÇÃO DO PÚBLICO ALVO	22
6. AÇÕES A SEREM REALIZADAS	22
7. GRUPO DE AÇÃO PARA A RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS	23
8. PARA BUSCA ATIVA	23
9. PLANO DE DIVULGAÇÃO DA BUSCA ATIVA	25
10. OBJETIVOS	25
10.1 Objetivo Geral	26
10.2 Objetivos Específicos	26
11. ESTRATÉGIAS	27
11.1 Planejamento financeiro	27
11.2 Sistema Municipal de Ensino	27
11.3 Jornada Pedagógica	28
11.4 Planos Nacional e Municipal de Educação	29
11.5 Plano de Curso [Plano de Ensino ou Matriz de Ensino]	30
11.6 Projeto Político Pedagógico	30
11.7 Currículo	31
11.8 Diagnóstico Administrativo da Rede Municipal	31
11.9 Diagnóstico dos Recursos Humanos da Rede Municipal	32
11.10 Diagnóstico Pedagógico da Rede Municipal	32
11.11 Educacenso	33
12. AUTONOMIA DE GESTÃO	34
13. VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO	35
13.1 Revisão da estrutura administrativa da Secretaria	36
13.2 Revisão do Plano de Carreira	36
13.3 Revisão/Reforma previdenciária	37
13.4 Piso Salarial Nacional do Magistério	37
13.5 Seleção Pública	37
13.6 Formação para diretores	38
13.7 Formação para professores	38
13.8 Formação dos profissionais da educação	38
14. SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL	38

15. AMPLIAÇÃO DE ATENDIMENTO - BUSCA ATIVA COM METAS ABONOS OU PREMIAÇÕES – CRECHE, AEE E EJAI	39
15.1 Políticas públicas de EJAI - 2022	39
15.2 Políticas públicas de AEE - 2022	40
15.3 Políticas públicas de Creche - 2022	41
16. ATENDIMENTO DOMICILIAR	42
17. PDDE	42
18. TRANSPORTE ESCOLAR	44
19. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	45
20. PRESTAÇÃO DE CONTAS	46
21. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME	46
22. CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE	47
23. CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB – CACS/FUNDEB	47
24. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO	48
25. QUADRO DEMONSTRATIVO DE METAS E ESTRATÉGIAS	51
26. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	73
27. CONCLUSÃO	73
28. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75

1. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

O município de Crisópolis-BA, alicerça a sua origem histórica nos fatos que nortearam as peregrinações iniciadas por Antônio Vicente Mendes Maciel (Antônio Conselheiro)¹, que, segundo carta datada de 10 de novembro de 1886, a Luiz Gonzaga de Macedo, então delegado de polícia de Itapicuru, o deletava ao Dr. João Bernardo de Magalhães, Chefe de Polícia da Bahia, em cujo documento era denunciada Fazenda Dendê de cima pertencente as Senhoras Dionísia Florinda de Santana e Bernardina Francisca da Conceição, conforme constam dos registros datados de 1857 do cartório de imóveis de Itapicuru-BA.

A história de Crisópolis iniciou-se na segunda metade do século XIX, por fazendeiros que ali se estabeleceram, formando as fazendas Dendê de Cima e Dendê de Baixo. Em 1898, criou-se o povoado de Bom Jesus, extinto em 1913. Restaurou-se o povoado, em 1918, com sede no arraial de Cajueiros (Atualmente Acajutiba), porém foi novamente extinto, em 1931, e seu território anexado a Esplanada. O Município foi novamente restaurado, em 1933, porém supresso em 1935, e seu território anexado a Itapicuru.

Nesta localidade, em um agradável tabuleiro, o peregrino ergueu um barracão para pouso de romeiros, e nas proximidades cavou um tanque, algum tempo depois tendo mandado derrubar a mata, deu início a construção da capela que teve a sua sagração em 1892, sendo o principal patrimônio representativo da cultura e da história de Crisópolis-BA.

O arraial, plantado à sombra da Capela, onde foi o lugar que também se fez moradia do próprio Conselheiro, teve um florescente crescimento sob a denominação de Bom Jesus, sofrendo mais tarde acentuado despovoamento, quando inúmeras famílias passaram a compor o séquito liderado pelo Conselheiro rumo aos sertões de Canudos para se estabelecer no fatídico arraial de Belo Monte².

¹ Antônio Vicente Mendes Maciel nasceu em 13 de março de 1830, na cidade de Quixeramobim, interior do Ceará e morre em 22 de setembro de 1897. Tornou-se um grande líder religioso, e desencadeou um dos maiores movimentos revolucionários do Período Republicano no Brasil, conhecido como Guerra de Canudos.

² Antônio Conselheiro fundou o Arraial de Belo Monte, localizado na cidade de Canudos, em 1893. O arraial deu abrigo a milhares de camponeses pobres e desvalidos que, expulsos da terra pelas secas e pelo latifúndio, buscavam melhores condições de subsistência e assistência espiritual. Este foi o local onde o Conselheiro residiu até a sua morte.



No ano de 1880, formou-se o povoamento de Bom Jesus desmembrado de Itapicuru-BA, por Lei Estadual de 26/08/1898, passando a denominar-se Vila Rica do Bom Jesus, período em que foi termo sede da intendência de Vila Rica. Restaurado por Lei Estadual de 14/05/1918, mas com sede transferida para a povoação de Cajueiro (atual sede de Acajutiba-BA).

O município foi novamente extinto e anexado ao município Esplanada-BA. Posteriormente, restabelecido, como território desmembrado de Esplanada-BA pelo decreto estadual de 01/06/1931. Outra vez extinto em 1933 e mais uma vez incorporado a Itapicuru-BA. E, por fim, restaurado, definitivamente, por lei estadual de 12/03/62, com o território de Crisópolis- BA desmembrado de Itapicuru-BA.

A sede criada com o topônimo de Bom Jesus em 1898, alterando para Crisópolis-BA, que significa cidade rica, foi elevada à categoria de município no período de 1962. Porém, antes da emancipação algumas comunidades rurais destacavam-se no município e, foram elevados a categoria de povoados e vila.

O primeiro destaque vai para o povoado do Gangu que começou a ser formado no ano de 1945. É uma comunidade que se desenvolve nos limites do território de Crisópolis-BA e Acajutiba-BA e por muito tempo, sofreu privações na garantia dos direitos básicos do povo, pois os governantes dos referidos municípios não chegavam a um acordo de dominialidade territorial. Após muitas disputas a situação se estabeleceu.

Em 1950 começou a se constituir o povoado do Pinto tendo como fundadores os senhores João Pinheiro de Souza e Marciano que dirigiam na comunidade um açougue e uma quitanda, respectivamente.

O povoado do Buril começou a se formar no ano de 1955, primeiramente com moradores oriundos da fazenda Covas. Em 05 de novembro de 1985 foi elevado à condição de Distrito Administrativo e Judiciário o Povoado de Buril, através da Lei de nº 4.579, sancionada pelo governador do estado da Bahia, João Durval Carneiro.

O município de Crisópolis-BA, está situado dentro do Território de Identidade do Litoral Norte e Agreste Baiano, sendo Mesorregião do Nordeste Baiano e Microrregião de Alagoinhas. Há 232 km de distância da capital baiana Salvador, o município se estende por 607,7 km². Seus habitantes são chamados de crisopolenses. A densidade demográfica é de 34,7 habitantes por km² no território do município.

Dos 13.593,77 Km² deste território, Crisópolis ocupa 607,66 Km² e conta com 21.835 habitantes (Estimativa em 2017-IBGE), e população de 20.046 habitantes de

acordo com os dados do último censo (2010), sendo que aproximadamente 57,04 % residiam em área rural. É um município de clima semiárido pois está localizado na faixa entre Itapicuru-BA e Inhambupe-BA. Porém, neste território, tem municípios que apresentam clima úmido, sub úmido e seco.

Destarte, o município de Crisópolis possui poder econômico oriundo do comércio em geral, tal qual a agricultura e agropecuária. O destaque na economia rural é para a produção de mandioca, o cultivo de milho, feijão e amendoim. Sendo um território com uma economia fortalecida, pelo cultivo da terra com diferentes tipos de plantio de grãos e frutos, desde o maracujá até outros frutos nativos. A atividade da pecuária também é destaque na economia crisopolense e em menor número a exploração da Avicultura, Apicultura e Piscicultura .

Desse modo, o município de Crisópolis tem um número considerável de estabelecimentos comerciais, com diversos segmentos como: lojas, postos de combustíveis, salões de beleza, restaurantes, farmácias, padarias, dentre outros, cada um mantendo um tipo diferente de atividade e a feira livre, que acontece sempre às quartas-feiras, que possibilita a compra e venda de alimentos, roupas, calçados, acessórios e utensílios em geral. Inclui-se também a Olaria com o processo de produção dos tijolos, contribuindo para geração de emprego e renda do município.

Em virtude de ser um município considerado de médio porte, e sem grande incidência de empresas empregadoras ou formadoras de profissionais, Crisópolis conta com algumas profissões no histórico de seus moradores, nas áreas de: Administração, Direito, Engenharia, Saúde, Educação e Informação e Tecnologia. Uma das principais profissões que ocupam os munícipes é o de servidores públicos, os quais estão divididos em categorias: professores, guardas municipais, auxiliares técnicos de enfermagem, motoristas e auxiliares de serviço geral, entre outras.

Um marco importante para o Município são suas tradições culturais. A cultura, em suas dimensões, é elemento indispensável na construção histórica municipal, pois é através da mesma que se consegue preservar a memória de um povo, em que se desenvolve o espírito da valorização daquilo que é próprio de um grupo e de uma comunidade. Também configura-se como uma das formas de elevar o nível de autoestima das pessoas e das comunidades. Na medida em que busca resgatar a identidade de um povo, em suas raízes culturais e valorizar as comunidades em todos os aspectos relacionados ao ambiente em que estão inseridas, observando os aspectos de habitação, de alimentação, de relacionamento com o ambiente, da

produção e comercialização de bens materiais, da religiosidade, das concepções éticas e morais. Desse modo, é a partir das vivências das experiências sociais, na constituição da memória e do saber popular através de gerações em gerações que esta alicerçada a cultura crisopolense, apesar de ainda ser preciso maiores investimentos para o resgate cultural e apoio aos artistas locais. Desenvolver o setor cultural a partir dos mecanismos de auto sustentação é um dos maiores desafios do município de Crisópolis. Edifica-se, portanto, a baixa motivação e a falta de perspectivas dos artistas e produtores culturais, aliadas à ausência de políticas de fomento. Apesar da grande dificuldade em compreender as manifestações artísticas e culturais em todas as suas dimensões, o território tem importantes Manifestações Culturais. Observa-se a cultura de Crisópolis nos seguintes destaques:

Culinária – É fruto de miscigenação da cultura indígena com a cultura negra: mocotó, beiju, cocada, acarajé, cuscuz, feijão tropeiro, farinha, mel, aipim, etc.

Esporte – A principal atividade esportiva realizada nessa cidade é o futebol, denominados: Vitoria das barreiras, Real do Carmo, Rodagem, entre outros.

Utensílios – Construção de esteiras de palha, vassouras, panelas de barro, pote, cerâmicas, etc.

Manifestações Artísticas e Socioculturais – Possui letras e ritmos com características próprias do sertão: música e dança como, forró, arrocha, cantiga de roda, samba de roda, quadrilha junina, literatura de cordel, capoeira, etc.

Religião – Também existem os momentos de fé e adoração em locais como: Igreja Católica, Igreja Adventista do Sétimo Dia, Igreja Assembleia de Deus, Igreja Evangélica Povo de Deus, Igreja Deus é Amor, Primeira Igreja Batista, Igreja Batista Bíblica de Israel, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Mundial do Poder de Deus, Igreja Cristã do Brasil, Testemunhas de Jeová, Centro Espirita e Religiões de Matriz Africana (Candomblé).

Comunicação – Destacam-se como os principais meios de comunicação, a Rádio Comunitária Atalaia FM 104.9 MHz. A internet como fonte de informação e entretenimento e a telefonia móvel da Operadora Vivo e Tim.

Calendário de Eventos Municipais – Os principais eventos realizados no município são: Festa do Bom Jesus, Aniversário da cidade, Semana Santa, Novenas nas comunidades, Festas Juninas, Santa Cruz, Dia do Evangélico, Natal e Ano Novo. Crisópolis-BA tem uma marcante identidade cultural e religiosa, em janeiro que é o mês que acontecem as celebrações em homenagem ao Padroeiro Bom Jesus, com



missas, novenas e atrações musicais com a presença de artistas consagrados e locais, mobilizando a população local e circunvizinhas a participar das festividades.

Quanto a educação o território tem diminuído a taxa de analfabetismo, alcançando um considerável aumento no número de escolarização e de matrícula dos alunos da EJA. A Rede Municipal de Educação atende ao público da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, etapas da educação básica e objetiva no futuro atender o Ensino Superior. Porém, a possibilidade de um retrocesso gigantesco na escolarização dos alunos por conta da pandemia da Covid-19 é preocupante e a Secretaria da Educação precisa estar dirigida, prioritariamente, à resolução de problemas, com o intuito principal de amenizar os impactos negativos, deixados pelo distanciamento social e escolar.

2. JUSTIFICATIVA

Este plano de ação configura-se pela necessidade de se observar os impactos causados pela Pandemia da Covid-19 no retorno do Ensino Presencial, bem como todo o Cenário Educacional de Crisópolis-Bahia. Levando em consideração que houve a suspensão das aulas presenciais a partir de março de 2020 e só em maio de 2021 que se deu início ao Ensino Remoto nas escolas da Rede Municipal seguindo o calendário Continuum 2020/2021, naquela ocasião se fez necessário construir um plano de ação que norteara a volta do ensino de forma remota. Sendo retomado o Ensino Presencial em 2022, urge a necessidade da elaboração de um Plano de Ação Educacional voltado a realidade da Rede de Ensino, em consonância com o Plano Municipal de Educação (PME).

A iniciativa de se elaborar planos de educação que norteariam os objetivos a fim de se pensar as metas e ações educacionais como mecanismo de políticas públicas, surgiu na década de 30 do século XX, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, que mediante a luta de intelectuais da Educação como: Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Roquette Pinto, Delgado de Carvalho, Hermes Lima e Cecília Meireles – lançaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, datado de 1932, no qual destacaram a necessidade central de se elaborar um plano para o desenvolvimento da educação do país.

Mediante ao exposto em 1934, surge a ideia de se elaborar Planos de Educação, com o objetivo social de letrar o indivíduo de forma integral, consagrava assim no texto constitucional que à União competiria “fixar o Plano Nacional de Educação (PNE), compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País” (art. 150).

Desse recorte histórico supracitado, surgem a necessidade da elaboração dos planos de gestão em todas as esferas, principalmente no âmbito educacional; pois a gestão educacional requer “*saberes/fazeres*” (OLIVEIRA, 2012), compromisso e responsabilização, agregados aos valores humanos, políticos e sociais, de todos/as os/as atores e atrizes envolvidos/as no processo. A educação é um *espaço/tempo* (FERRAÇO, 2003) onde as oportunidades de interação, cooperação e (re) elaboração do conhecimento devem ser incentivadas para que exista vida renovada e efetiva

aprendizagem.

Mediante a essa perspectiva é preciso fomentar ações dinâmicas e eficazes que viabilize a construção e elaboração de forma prazerosa, integrando todos os membros envolvidos nesse contexto. Desse modo, faz-se necessário possibilitar aos indivíduos os conhecimentos que os tornem capazes de atuar no meio social, em função das necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade.

Nesta perspectiva, a elaboração do Plano de Gestão Educacional justifica-se em contribuir para o desenvolvimento de uma educação pública de qualidade, equidade social e laica, pautada na gestão democrática, garantindo o cumprimento dos objetivos, das ações e das metas estabelecidas em conjunto e o que estão previstos nas leis, visando os bons resultados. Trabalhando em conjunto, todas as ideias passam a ser realidade, problemas são solucionados, projetos concretizados e todos seguem o mesmo objetivo que é o processo educacional.

Dessa forma, a educação precisa ser vista e realizada da forma como nos diz filosoficamente Nóvoa (1995, p.35) “[...] como uma comunidade educativa, permitindo mobilizar o conjunto dos atores sociais e dos grupos profissionais em torno de um projeto comum. Para tal, é preciso realizar um esforço de demarcação dos espaços próprios de ação, pois só na clarificação destes limites se pode alicerçar uma colaboração efetiva [...]”, ou seja, a educação, neste sentido, deve ser entendida como instrumento emancipador capaz de tornar o ser humano um ser intelectualmente autônomo, protagonista, sujeito e não objeto de suas ações.

O processo educativo, numa perspectiva da educação pública deve “*estar voltado aos interesses da população majoritária e para tanto se faz necessário tomadas de decisões como resultado de discussões coletivas de modo que a população tome seu destino nas mãos*” (SAVIANI, 1991, p.55).

Assim, o presente Plano de Ação da Secretaria Municipal da Educação – SEDUC- Biênio 2022-2023 está sendo elaborado, por entendermos, que esse documento serve como referência para a efetivação de uma gestão em colaborativa, respeitando as demandas cotidianas e reconhecendo que as dificuldades existentes se agravaram por conta da situação que a educação pública brasileira está atravessando decorrentes da atual conjuntura sócio-político-econômica, maximizadas pela Pandemia da Covid-19. Portanto, não se trata de um documento estanque, trata-se de uma proposta flexível e dinâmica que busque atender os interesses de

estudantes, técnicos, docentes e comunidade externa, prevendo sua devida atualização, aprofundamento e contextualização durante o biênio 2022/2023.

Pretendemos colaborar/(re)elaborar/fomentar/incentivar ações/projetos que contribuam para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, com foco na manutenção e ampliação da excelência educacional e do compromisso social da Escola, em adequação com a política educacional como um todo. Dessa forma, neste Plano de Ação, as ações/projetos desenvolvidas buscam consolidar a educação como uma prática social interdisciplinar, política, histórica, filosófica e de inclusão social, que proporcionam a formação e o empoderamento de cidadãos/ãs perante a vida formando-os para desenvolver as Competencias e Habilidades necessárias para atuar de forma crítica e social em todos os aspectos, profissionais e como ser humano ativo e colaborativo.

Crisópolis, dispõe de 08 escolas na Zona Urbana e 18 escolas na Zona Rural da Rede Pública Municipal, que oferecem o ensino de Educação Infantil, o Ensino Fundamental de Nove Anos e Educação de Jovens e Adultos; possui 02 Creches, que atendem crianças de 2 a 3 anos; 01 escola do estado que oferece Ensino Médio; 01 escola da rede privada que atende a Educação Infantil e Ensino Fundamental, nas series iniciais.

É importante priorizar a educação que venha nortear os princípios e valores para formação moral, ético e social do indivíduo. O tema precisa ser discutido no sentido de que se fomentem debates a esse respeito e se encontre caminhos pelos quais se consiga atrair as crianças, adolescentes, jovens e adultos, em fim o alunado, e ver resgatados seus valores em alguns casos, e em outros ensinando novos valores para que percebam a importância de vivenciá-los e tê-los como princípios que nortearão todos os seus caminhos.

Diante da sociedade atual, faz-se necessário uma metodologia de ensino que haja de maneira preventiva, na educação de valores éticos e morais, que foram esquecidos na formação consciente do indivíduo, refletidos diante de situações conflitantes, que exijam dele uma gama de princípios e valores que norteiem suas decisões emocionais em relação a si mesmo e o respeito ao outro. É sabido que todo indivíduo, todo aluno, recebe inicialmente uma educação informal, e muitas vezes, esta é completada e continuada pela escola que assume o papel da educação formal, com conceitos e saberes técnicos, científicos, históricos, matemáticos. Diante desta

informação faz-se de total importância perceber-se a necessidade desta educação em ter a preocupação de inserir no seu currículo a educação de valores éticos e morais, de maneira interdisciplinar respeitando a diversidade. Sempre suscitando discussões e reflexões, que de maneira livre e aberta levará o aluno a refletir o seu papel na sociedade e as contribuições que lhe serão exigidas como futuro executor ativo de sua cidadania.

Sabe-se de problemas e circunstâncias vividos pela sociedade, todos os dias nos telejornais, jornais, revistas e demais meios de comunicação, problemas muitas vezes gerados pela falta de educação preventiva que desperte o cidadão, no caso mais especificamente a criança e adolescente para o que realmente importa. Além disso devido ao aumento da ansiedade e transtornos emocionais agravados pelo isolamento social que é refletido no cotidiano educacional, deve-se buscar métodos e estratégias para minimizar os impactos negativos acentuados, que interferem no desempenho de práticas eficazes para o desenvolvimento de uma educação de qualidade e igualitária.

MISSÃO

Universalizar o atendimento educacional com oferta, acesso e permanência na escola para o desenvolvimento pleno de pessoas, por meio de uma Educação humanizada com gestão democrática e inovadora.

VISÃO

Ser excelência em Educação Básica com universalização, equidade e qualidade.

VALORES

1. Universalização
2. Equidade
3. Qualidade
4. Inclusão
5. Ética
6. Eficiência
7. Responsabilidade pública
8. Gestão democrática
9. Inovação
10. Compromisso social e cultural
11. Preparação para o exercício da cidadania

3. ANÁLISE ESTRATÉGICA

Com esta ferramenta analisaremos de forma estratégica o funcionamento da Secretaria e as condições de aperfeiçoamento, melhores resultados e pretensões. Neste sentido, esta análise permite definir as estratégias³ a serem adotadas para aprimorar todo processo de gestão. Portanto diagnosticar a Rede de Ensino é a necessidade de gerir com estratégia para decisões eficientes e eficazes.

As estratégias dependem dos diversos fatores, circunstâncias e variáveis

³ **Estratégia** → é uma palavra derivada do grego **estrategos** e significa “a arte do general”. Segundo o dicionário Aurélio, **Estratégia** é “a arte de aplicar os meios disponíveis ou explorar condições favoráveis com vista a atingir objetivos específicos”.

identificadas no diagnóstico. Por isso, é importante indicar estratégias de recursos humanos, pois interferem diretamente na definição dessas estratégias, exigindo ações planejadas, legais, legítimas e humanizadas. É importante utilizar estratégias que maximizem as forças e elimine as fraquezas para atingir o aperfeiçoamento cotidiano (LUCK, 2000).



Percebe-se que para a consolidação das Políticas Públicas Educacionais que viabilize a melhora nas condições do Ensino em todos os seus aspectos, se faz necessário a ampliação e permanência de matrículas de Rede, por meio da Busca Ativa urgentemente, a fim de se efetivar melhores condições de trabalho para todos os profissionais da Rede Municipal de Ensino, bem como melhorar a configuração das classes multisseriadas. Assim se faz necessário diagnosticar toda a Rede Municipal de Ensino com análise de viabilidade de reordenamento e junção/fusão de algumas unidades escolares de zona urbana e rural para aperfeiçoar a gestão pedagógica, financeira e administrativa e melhorar a problemática das classes multisseriadas.

É necessário promover gestão pública humanizada com rigidez no cumprimento de normas [legalidade], bem como maximização de transparência dos atos e execução de recursos.

É importante imprimir modelo de gestão por eficiência, resultados, mérito e eficácia para aperfeiçoamento do atendimento ao público com qualificação dos serviços e ampliação do atendimento e qualidade da educação.

Análise da quantidade de Coordenadores da Secretaria Municipal da Educação, bem como a necessidade de formação.

De igual modo, é necessário revisar a Lei do Sistema Municipal com adequação e normatização dos fatos e relações ocorridas na Educação [“chão de escola”] para refletir o máximo possível a realidade da educação e, em especial das unidades escolares, eis que a sala de aula é o espaço de socialização e construção de novos conhecimentos (FREIRE, 1994).

É importante normatizar atribuições e condutas éticas dos servidores da educação para maior eficiência, disciplina e controle, sobretudo em relação a resistências a mudanças, tecnologia e formação/qualificação continuada na educação.

Promover rotinas administrativas e regras claras para exterminar vícios de clientelismo, patrimonialismo e partidarismo na educação para ampliar eficiência administrativa.

Aprimorar o transporte escolar para diminuir as dificuldades na locomoção dos alunos com deficiência. De igual modo, promover intervenções com política pública para superar as dificuldades de alguns profissionais da educação com o processo de inclusão dos alunos com dificuldade de aprendizado, deficientes, adultos e idosos.

Promover formação continuada para melhor compreensão dos profissionais da educação sobre currículo, BNCC, matriz de referência, temas, descritores, as escalas de proficiência, fluxo e metas para o IDEB.

Revisitar os PPPs das escolas e construir a DCRM, em consonância com a LDB e BNCC.

Sanar a interferência da política partidária, promover tratamento adequado aos profissionais da educação em condição de limitação da saúde e em processo de readaptação.

Promover estudo adequado com revisão do Plano de Carreira com valorização do magistério caso seja necessário, a fim de incluir demais categorias que fazem parte

do quadro da Educação e que ainda não estão totalmente asseguradas, sendo esta revisão realizada por meio de uma Comissão Instituída com a participação de diversos segmentos da sociedade, sendo realizada através de formação/titulação, tempo de serviço vinculado a aperfeiçoamento profissional, bem como incentivos por meio de avaliação de desempenho com resultados.

Outrossim, é importante promover requalificação dos profissionais de funções de apoio técnico, administrativo ou operacional, com análise da possibilidade de extinção destes cargos para aplicação da Lei Federal de Terceirização⁴, por tratar de atividade

4

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-MEIO E ATIVIDADE-FIM. LEI DAS TERCEIRIZAÇÕES. JURISPRUDÊNCIA DO STF E TCU. REGULAMENTAÇÃO FEDERAL. CONSIDERAÇÕES. 1) A terceirização só é admitida na Administração Pública Direta municipal, sem violar o núcleo essencial do princípio do concurso público, quando cumpridas cumulativamente as seguintes condições: a) tratar-se de atividades auxiliares, instrumentais ou acessórias (atividades-meio); b) não constante do quadro de cargos, empregos e funções do órgão ou entidade (atividades permanentes); e, c) inexistentes na relação os elementos da pessoalidade e subordinação direta (vínculo direto). 2) Além do preenchimento dos requisitos acima especificados, a terceirização não pode ocorrer com o único objetivo de fornecimento de mão de obra em substituição à obrigatoriedade de contratação de servidores públicos. 3) O gestor municipal deve atentar-se para a INSTRUÇÃO TCM nº 02/2018, que traz orientações quanto à terceirização de mão de obra para efeito do cálculo das despesas com pessoal estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA - AJU: ASSESSORIA JURÍDICA ORIGEM: PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCRUZILHADA PROCESSO Nº 08201e20 PARECER Nº 00921-20 CONSULTA.**

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA AJU: ASSESSORIA JURÍDICA ORIGEM: MUNICÍPIO DE PEDRO ALEXANDRE PROCESSO Nº 08583-17 PARECER Nº 02488-17 (F.L.Q. Nº 38/2017) - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TERCEIRIZAÇÃO. CONTRATAÇÃO. COOPERATIVA. MÃO DE OBRA. SUBSTITUIÇÃO. SERVIDOR E EMPREGADO PÚBLICOS. CONCURSO PÚBLICO. REGRA GERAL. O atendimento de necessidades permanentes da Administração deve ser prestado por pessoal integrante do seu quadro de servidores, admitidos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, em conformidade com o artigo 37, II, da CF. Permite-se, contudo, a contratação de cooperativas, de acordo com a Lei de Licitações, para a prestação de alguns serviços desde que observados os requisitos legais para tanto e que não se trate, na prática, de substituição de mão de obra.

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA - INSTRUÇÃO nº 02/2018: INSTRUI: Art. 1º Não serão consideradas para fins de cômputo das despesas com pessoal do Município do Estado da Bahia, as seguintes situações: a) as despesas realizadas com terceirização de mão de obra dos gastos com pessoal de que tratam os art. 18 e 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, desde que seJAlm relativas as atividades-meio e que não exerçam atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo no caso de cargo ou categoria extintos ou em extinção, podendo ser relacionadas, exemplificativamente, as atividades relacionadas a serviços de conservação, de limpeza, de segurança, de vigilância, de transportes, de informática, de copeiragem, de recepção, de reprografia, de telecomunicações e serviços de manutenção de prédios, equipamentos e instalações, dentre outras;

“Terceirização de serviços públicos. Atividade-meio. Contratação de Cooperativa. Possibilidade. Licitação obrigatória. Impossibilidade de Terceirização de Serviços Públicos. Possibilidade de contratação de pessoal através de cooperativa, apenas para o desempenho de funções que não impliquem o exercício de prerrogativas públicas, ou seJAlm, que seJAlm atividades acessórias ou complementares em relação ao serviço público. As demais funções deverão ser exercidas por servidores públicos legalmente investidos no cargo.” (TCE/PR, TC-293.673/97, Rel. Cons. Rafael Iatamo, in BLC nº 9, set/98, p. 452).

“TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS. ATIVIDADE-MEIO. CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVA. POSSIBILIDADE. LICITAÇÃO OBRIGATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS. Possibilidade de contratação de pessoal através de cooperativa, apenas para o desempenho de funções que não impliquem o exercício de prerrogativas públicas, ou seJAlm, que seJAlm atividades acessórias ou complementares em relação ao serviço público. As demais funções deverão ser exercidas por servidores públicos legalmente investidos no cargo.” (TCE/PR, TC-293.673/97, Rel. Cons. Rafael Iatamo, in BLC nº 9, set./98, p. 452).

STF **tese:** “1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade

meio.

Diante da instabilidade da composição dos recursos do FUNDEB [por matrículas] o sistema de financiamento exige conhecimento da realidade e perspectivas econômicas para garantir a continuidade e estabilidade dos valores com constantes intervenções e políticas públicas inovadoras para captação, permanência, manutenção e ampliação das matrículas.

Temos de segmentar a gestão da educação com um setor de trabalho concentrado em matrículas e permanência para definição exata e controlada por meio de Sistema de Gerenciamento da Educação com banco de dados que contenha, segmento, idade, endereço, todos os contatos, escola, turma, professor, natalidade⁵, levantamento domiciliar .

Rever o Referencial Curricular com base na BNCC com vistas a ampliação do IDEB e acolhimento dos jovens, adultos e idosos.

Promover requalificação física e estrutural das escolas, mobiliário, equipamentos de informática, impressoras, brinquedos, materiais didáticos e pedagógicos, playground, instrumentos musicais, climatização, áreas de esporte e lazer, bem como introdução de tecnologia.

As tecnologias são elementos integradores da aprendizagem, pois atraem as crianças, seduzem os jovens, adultos e até os idosos. A implantação deve ser pensada, discutida e **planejada** com base nos contextos educacionais, considerando limitações e possibilidades. O uso pode ou não contribuir para aprendizagem correspondente aos desafios da sociedade atual (OLIVEIRA, 1981, p. 02).

Referente a Recuperação das Aprendizagens, podemos observar que os pilares da educação municipal de Crisópolis serão:

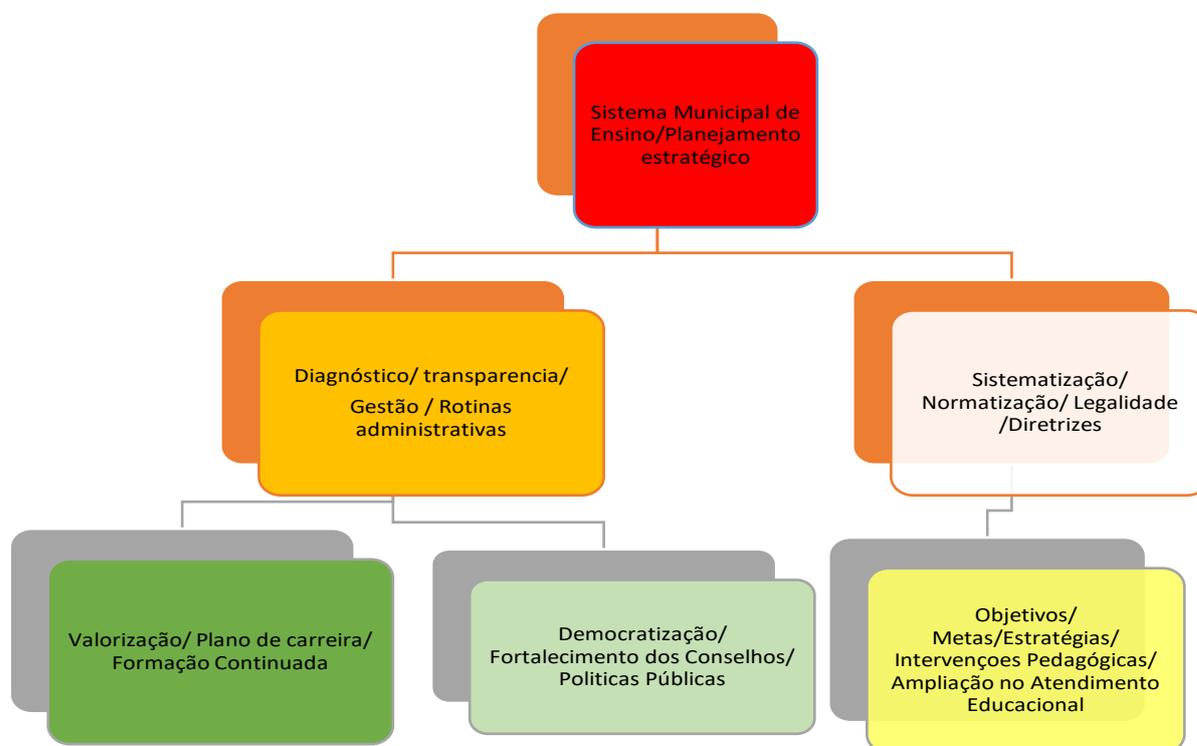
1. Minimizar os impactos causados pela Pandemia da Covid-19 no processo de Ensino Aprendizagem; 2. redução do analfabetismo; 3. maximização de acesso com matrículas; 4. redução dos custos operacionais; 5. ampliação da eficiência; 6. meritocracia; 7. respeito às pessoas; 8. medidas de combate efetivo ao abandono e

econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993". 8. ADPF julgada procedente para assentar a licitude da terceirização de atividade-fim ou meio. Restou explicitado pela maioria que a decisão não afeta automaticamente decisões transitadas em julgado. (**Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 324/DF, Tribunal Pleno do STF, Rel. Roberto Barroso, j. 30.08.2018, DJe 06.09.2019**).

⁵ Fazer busca mensal no cartório de registro de pessoas naturais para registrar nascidos vivos no Município.

evasão⁶; 9. equilíbrio e responsabilidade fiscal; 10. atuação norteada pela probidade e legalidade.

Com isso o quadro a seguir dá uma dimensão da composição do planejamento estratégico, que foge à simplicidade necessária, diante da complexidade, quantidade de demandas e estrutura da Educação Municipal que deve se adequar à Política e Sistema Nacional de Educação, bem como consolidar um Sistema Municipal de Educação para atender ao PNE e PME, bem como, simultaneamente, consolidar seu próprio Sistema e servir Educação de qualidade à comunidade local.



4. METAS

1. Priorizar a construção do DCRM e PPPs da escolas da Rede Municipal de Ensino com foco na recuperação das aprendizagens.
2. Acompanhar as Políticas Nacionais de Alfabetização intuitida pelo Mnistério da

⁶ [...] a evasão e a repetência, que ocasionam a defasagem entre a idade e série; da busca pela certificação escolar oriunda da necessidade de trabalhar; da dificuldade de acesso; da ausência de motivação para o retorno a escola, entre outras. (CARVALHO, Roseli Vaz. A juvenilização da EJA: quais práticas pedagógicas?. Disponível em: <<http://www.horacio.pro.br/oldsite/fmp/ped/2011-2/EJA/GT18-5569--Int.pdf>>, 2012, p. 1)

Educação.

3. Readequar as Políticas Municipais para Educação Especial, Educação em Tempo Integral e Educação do Campo como política social na educação à luz da LDB.
4. Acompanhar o impacto das ações pedagógicas e didáticas na EJAII para redução das taxas de analfabetismo de jovens, adultos e idosos, nos anos de 2022 a 2024.
5. Focar na implementação efetiva da Busca Ativa Escolar para garantir o selo UNICEF para o Município.
6. Realizar pelo menos 12% de matrículas a mais em 2022.
7. Investir 50% do VAAT na Educação Infantil.
8. Investir 10% do FUNDEB em políticas públicas de EJAII e pelo menos 5% do FUNDEB em políticas públicas de AEE.
9. Ofertar auxílio Bolsa Permanência para o aluno de EJAII.
10. Promover diagnóstico pedagógico, financeiro e gerencial da Rede Municipal de Ensino.
11. Ampliação da quantidade de Coordenadores nas escolas e da Secretaria Municipal da Educação.
12. Normatizar atribuições e condutas éticas dos servidores da educação.
13. Implantar rotinas administrativas.
14. Aprimorar o transporte escolar.
15. Implantar políticas públicas de inclusão.
16. Promover formação continuada dos profissionais da educação no âmbito pedagógico e tecnológico.
17. Revisão do plano de carreira do magistério.
18. Implantar Terceirização das atividades meio.
19. Revisão do Currículo embasada na BNCC com foco no IDEB e nas necessidades e acolhimento dos Jovens, Adultos e Idosos.

5. IDENTIFICAÇÃO DO PÚBLICO ALVO

Público **Creche, Pré-escola, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II, AEE, EJA I e Educação em Tempo Integral**. No que diz respeito aos alunos EJA I motivar todos os cidadãos fora da escola para despertar o desejo, interesse e vontade de voltar a estudar, cabendo à Secretaria o dever de ofertar conhecimento da Política Pública com todas as vantagens e benefícios, garantindo acesso e permanência, ressaltando a importância da bolsa (bolsa permanência) com inovação do município.

Levantamento dos alunos 2019, 2020, 2021 e 2022 para identificação dos abandonos, desistências e todas as formas de evasão para promover ações de busca ativa domiciliar dos alunos e promover todas ações necessárias ao retorno e permanência à escola.

Enfim, o público alvo da educação é o **ALUNO**.

6. AÇÕES A SEREM REALIZADAS

- Orientações pedagógicas e curriculares para o ensino fundamental e modalidades de acordo com a Base Nacional Curricular (BNCC);
- Efetividade no processo de ensino e de aprendizagem e projetos interdisciplinares;
- Organização do trabalho pedagógico para o ensino e aprendizagem;
- Formação continuada dos profissionais de Educação.
- Previsão de receitas e despesas: Fazer mais, gastando menos e zelando pelos recursos públicos.
- Utilizar os recursos públicos de forma mais efetiva, alinhando a alocação de recursos ao plano estratégico para que sejam destinados conforme as prioridades e de maneira eficiente, para que os resultados almejados sejam alcançados.
- Ampliar o uso de novas tecnologias;
- Melhorar as instalações e materiais (Organização dos espaços escolares, mobiliário e suas estruturas físicas).
- Aquisição de materiais de Consumo e Custeio.
- Identificar oportunidades de otimização e melhorias de processos, buscando maior agilidade e eficiência na prestação de todos os serviços, inclusive do transporte escolar.

- Elaboração e monitoramento do Programa de Metas e peças orçamentárias da área da educação e acompanhamento das prestações de contas dos recursos destinados a programas e projetos da educação municipal;
- Mapeamento da conectividade de rede do Sistema Municipal de Educação (SME);
- Capacitação continuada de profissionais da educação;
- Garantia de recursos humanos em todas as unidades educacionais;

7. GRUPO DE AÇÃO PARA A RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Levando em consideração que estamos vivenciando um cenário pandêmico se faz necessário que haja uma preocupação acerca de diagnosticar como está o nível de aprendizagem dos estudantes, bem como os aspectos socioemocionais e psicológicos.

Para tanto será composta uma Comissão Especial de estudo para a implementação de ações para a recuperação das aprendizagens da Rede Municipal de Ensino, com a participação dos seguintes segmentos: Educação Infantil; Ensino Fundamental; as modalidades da EJA, Educação Especial, Educação do Campo, gestores e coordenadores escolares.

- Construção do DCRM;
- Implementação do Projeto Pedagógico das escolas da Rede;
- Formação continuada para professores e demais servidores da educação;
- Resgate, valorização e difusão da cultura municipal nas escolas da zona urbana e rural e culminância com encontro das comunidades escolares;
- Aulas de reforço escolar no turno e/ou no contraturno;
- Projetos interdisciplinares para conquistas de novas aprendizagens;
- Aprimoramento das ações de inclusão do aluno com necessidades especiais e do currículo da educação especial;
- Aprimoramento da oferta de ensino nas oficinas das escolas de tempo integral;
- Incentivo à prática esportiva em diferentes modalidades, quanto às conquistas de novas competências e habilidades;
- Programa de preparação para as avaliações externas;
- Adesão aos programas do FNDE.

8. PARA BUSCA ATIVA



A fim de se fazer a busca ativa dos alunos que estão fora da escola se faz necessário que haja a configuração de um grupo de ação com o objetivo de ir em busca deste alunado na sua comunidade local utilizando a Plataforma BAE – Busca Ativa Escolar do UNICEF – Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para Infância e parceiros.

O trabalho consiste na implantação do Programa Busca Ativa Escolar e na eficiência do uso correto da Plataforma BAE e na indicação de informações que gerem alertas e casos de crianças e adolescentes fora da escola.

Como também, se faz necessário a existência de uma política pública municipal destinada à Educação de Jovens, Adultos e Idosos que inclua a alfabetização deste público no espaço escolar .

A articulação intersetorial deverá conter colaboradores, distribuídos entre os segmentos:

1. Prefeito Municipal
2. Gabinete do Prefeito Municipal
3. Secretaria Municipal da Educação e Cultura
4. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
5. Secretaria Municipal de Agricultura
6. Secretaria Municipal de Saúde
7. Secretaria Municipal de Esporte
8. Diretores Escolares
9. Vice-diretores Escolares
10. Coordenadores
11. Comunidade Escolar
12. Sociedade Civil
13. Professores voluntários até adequação do plano de carreira com inclusão desta participação na definição das atribuições funcionais do cargo
14. Agentes Comunitários de Saúde
15. Todos os Colaboradores da Secretaria de Desenvolvimento Social
16. Assistentes Sociais
17. Vereadores
18. Lideranças regionais



19. Lideranças religiosas

As equipes irão agir no campo de divulgação, esclarecimento e realização das matrículas. Os diversos materiais e as abordagens indicadas encontram-se no endereço eletrônico <https://buscaativaescolar.org.br/campanha/>.

9. PLANO DE DIVULGAÇÃO DA BUSCA ATIVA

A divulgação deve iniciar com a distribuição de *cards* informativos de forma ampla na rede social da prefeitura. Estruturar a Secretaria da Educação com Rede Social no *Instagram* e *Facebook*.

A divulgação ampla do programa com os benefícios a serem adquiridos deve ocorrer através de *cards* para rede social, rádio local, Facebook, Instagram, WhatsApp e carro de som, bem como a oferta do nível de escolarização e educação das pessoas, específica para EJA e seguir o processo de busca ativa no campo com equipes de colaboradores nas casas em busca de novas matrículas ou rematrícula. É importante ressaltar que a Busca Ativa Escolar seguirá os protocolos de sua Plataforma com as orientações do Coordenador Local, dos Supervisores Institucionais, dos Técnicos Verificadores e dos Agentes Comunitários trilhando o Plano de Trabalho do Comitê Gestor para crianças e adolescentes.

Promover pelo menos 3 dias de atuação específica para matrículas como “**Dia BAE**” com atividades de visitas nas casas, para informar a existência do programa, sensibilizar a população e conscientizá-los sobre a necessidade de estudar.

De igual modo, no “**Dia BAE**” haverá mobilização nas ruas com carros de som, paredão ou trio com a participação de toda a Administração Municipal e o Poder Legislativo Municipal para convocar e realizar matrículas nas zonas rural e urbana.

Utilizará a mídia social e comunitária <https://buscaativaescolar.org.br/campanha> bem como as organizações da sociedade civil como Associações, Cooperativas, Sindicatos, Igrejas, Religiões de Matriz Africanas, Centros Espíritas, toda a comunidade para combater o analfabetismo e promover escolarização para educar.

10. OBJETIVOS

A descrição dos objetivos permite nortear os trabalhos.

10.1 Objetivo Geral

- Matricular e Recompôr a aprendizagem de todos os estudantes da Rede Municipal priorizando as habilidades essenciais, tanto cognitivas quanto socioemocionais, ao máximo de pessoas dentre as que estão em condições e necessidades de escolarização e fazer educação básica de qualidade e igualitária com excelência.

10.2 Objetivos Específicos

- Ofertar aulas de reforço no turno e/ou no contraturno afim de recompôr as aprendizagens do alunado;
- Identificar os alunos vulneráveis de Crisópolis, que não estudaram na idade e tempo certo para oportunizar um resgate histórico com inserção na escola⁷;
- Criar uma política pública de alfabetização no Município;
- Humanizar a escola para inclusão de pessoas deficientes consolidando uma política pública de incentivo para manter qualidade no ensino, acolhimento e cuidado;
- Realizar atendimento para o público da Educação Especial com o apoio do professor itinerante da sala de AEE, nas Intituições de Ensino;
- Constituir Política Pública que atenda a demanda de educação e cidadania dos idosos para incluí-los no espaço escolar;
- Promover a socialização dos jovens, adultos e idosos na escola integrando-os, não mais como pais, tios, avós e responsáveis, e, sobretudo, como alunos, gerando um **pertencer** para promover a ressocialização, resgate e transformação pela Educação;
- Promover cidadania pela Escola;
- Realizar o maior número de matrículas possíveis em 2023;
- Fazer educação transformadora com viés na humanização do educar com foco em pessoas [alunos, pais e responsáveis, profissionais da educação] para construção de um ambiente saudável, prazeroso para ser cada vez mais feliz;
- (Re)Elaborar e monitorar a proposta pedagógica considerando os marcos legais, normatizações e diretrizes para a organização do processo inicial das aulas e todo ano letivo de acordo com a Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases, Base Nacional

⁷ Promover a transformação do espaço público [ESCOLA] num espaço agradável, atrativo, alegre e comunitário, onde as pessoas se sintam bem em fazer parte daquele contexto – **garantir permanência**.

Comum Curricular, resoluções e diretrizes do Conselho Nacional, Estadual e Municipal de Educação e legislação que poderá vir a ser sancionada.

11. ESTRATÉGIAS

As estratégias serão definidas de acordo com as prioridades e objetivos da Educação Municipal de Crisópolis, para atender de forma possível diante dos recursos disponíveis para a Rede, em especial o FUNDEB, mas sempre com medidas e ações para a sistematização dos recursos e, conseqüentemente ampliação do atendimento educacional com qualidade.

As estratégias visam sobretudo maximizar a eficiência administrativa.

11.1 Planejamento financeiro

O planejamento estratégico deve ser pautado nos recursos disponíveis para educação municipal, em especial o FUNDEB.

O planejamento financeiro estará disposto no QDD - Quadro de Detalhamento de Despesas, com indicação estimada de recursos e o direcionamento da execução dos recursos.

Todas realizações e relações jurídicas devem respeitar o planejamento financeiro e dialogar constantemente com áreas estratégicas financeiras: Secretaria de Finanças/Fazenda, Contabilidade e Controle Interno.

Enfim, este planejamento deve ser concluído pela Secretaria de Finanças/Fazenda com indicação mensal da execução de despesas do Fundo Municipal de Educação e movimentação das contas com descrição exata de cada despesa realizada para conhecimento e controle da Secretaria da Educação com planos de ação para execução.

11.2 Sistema Municipal de Ensino

O sistema municipal de ensino necessita de regulamentação atual, que contemple todas as mudanças normativas, estruturais e de diretrizes da educação. Em síntese uma atualização da Lei de Sistema Municipal de Educação.



11.3 Jornada Pedagógica

A jornada pedagógica deve ser entendida como um Instrumento de Gestão, embora muitas vezes são feitas como momento exclusivamente festivo ou de conagração. É um momento coletivo de reflexão e construção do plano de ensino [plano de curso ou matrizes/diretrizes do ensino] para o ano letivo, onde promove a conscientização e sensibilização coletiva do trabalho educacional para importância do planejamento e execução de políticas públicas, ações e intervenções.

Deve ser utilizada com o propósito de colher ideias e contribuições para acolhimento dos alunos e da comunidade escolar. Com momentos específicos para orientar e planejar a educação e as escolas num ato de verdadeira gestão e motivação estratégica dos recursos humanos. Desse modo, representa também ato de valorização e reconhecimento do magistério.

É o momento de realização de análise crítica do sistema de financiamento da educação básica e ressaltar os desafios de fazer muito com pouco recurso.

Momento para debater, refletir e gerir currículo, carga horária discente, inclusão de alunos vulneráveis socioeconomicamente e com deficiências, bem como os não alcançados pela ação do Estado e que não estudaram na idade e tempo certo, criando meios para oportunizar um resgate histórico com inserção e manutenção na escola e identificar os mecanismos eficientes de combate ao analfabetismo.

É a oportunidade de gestão democrática para humanizar a escola, idealizar meios de ingresso dos novatos e ressocialização das crianças, dos jovens, adultos e idosos na escola, com ferramentas para conceber sentimento de pertencimento.

Apontar práticas pedagógicas para ressignificação da avaliação e do processo de ensino/aprendizagem, normatizando através do PPP e plano de ensino, vinculados a resolução do CME ou mesmo Portaria da Secretaria da Educação.

Momento de refletir o diagnóstico do ano anterior, dos resultados dos alunos no IDEB [proficiência e fluxo] para indicação de formação continuada e intervenções necessárias como implantação de diagnóstico individualizado, reforço personalizado e simulados trimestrais como meio de avaliação do aluno.

É também o momento adequado para apontar os problemas da gestão de recursos humanos, de infraestrutura escolar e tecnológica, gestão de sistemas e operacionalização das matrículas.



Apontar as práticas pedagógicas dos últimos cinco anos, identificando as produtivas para aperfeiçoamento e as improdutivas para serem substituídas. Por fim, projetar o calendário e discutir no coletivo para construção do melhor calendário – no coletivo.

A Jornada Pedagógica constitui uma estratégia de gestão para realização de tudo isso e, ao mesmo tempo, efetivar o previsto nos artigos 11, 12 e 13 da Lei Federal nº. 9.394/96 [estabelece as diretrizes e bases da educação nacional].

11.4 Planos Nacional e Municipal de Educação

O Plano Nacional de Educação é um planejamento da educação nacional, desenvolvido de forma MACRO, com objetivo principal de promover o seguinte:

Art. 2º. São diretrizes do PNE:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos(as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Os princípios, metas e estratégias vinculam os municípios, mas também impõem que cada ente federado instituisse também seu Plano Municipal de Educação.

Ocorre que, os relatórios de monitoramento e os números identificados na Educação Municipal de Crisópolis revelam que os dois planos não estão sendo cumpridos e as metas estão ainda muito distantes, especialmente as relativas a analfabetismo e qualidade.

Sendo assim, este planejamento estratégico visa o atendimento máximo dos planos de educação [nacional e municipal] que acarretará a qualificação da educação. Ressaltando, por fim, que tratam de leis, um regulado por Lei Federal e outro por Lei Municipal.

11.5 Plano de Curso [Plano de Ensino ou Matriz de Ensino]

O plano de curso deve ser elaborado em total harmonia com o Sistema Municipal de Ensino, Plano Municipal de Educação e diagnóstico da Rede Municipal de Educação para atender de forma adequada as demandas educacionais do Município.

A concepção deste instrumento deve ser realizada desde a Jornada Pedagogia e seu monitoramento deve ser bimestral para aperfeiçoamento.

As práticas pedagógicas devem ser carregadas de intencionalidade para conduzir e dá sentido às metas, estratégias, políticas públicas e ações, numa intervenção planejada para atingir os objetivos [geral e específicos], com vistas à transformação da realidade social pela educação (FRANCO, 2015. p. 604).

Sendo assim, o plano de curso deve ser produzido como instrumento de gestão que será monitorado e acompanhado para produção de resultados.

11.6 Projeto Político Pedagógico

O PPP é um documento orientador da escola, que deve ser construído de forma coletiva, participativa e democrática. Este planejamento se destina a construção da realidade desejada, organizando a realidade existente e transformando com uma nova realidade a ser executada na escola.

É um documento normativo com informações estruturais da instituição e norte para demais ações. Organiza as atividades pedagógicas e aborda os objetivos da instituição com as ações necessárias para atingi-los.

É político devido sua elaboração considerar a partição e realidade socioeconômica e cultural da instituição e da comunidade escolar.

O aspecto pedagógico considera o conjunto de métodos utilizados para propiciar aprendizado e desenvolvimento dos alunos, inclusive definindo as atividades a serem realizadas no processo de ensino e aprendizagem (LIBÂNEO, 2004). Enfim, o PPP define a identidade da escola.

11.7 Currículo

O currículo Municipal deve ser elaborado com base na BNCC, sendo observado o currículo utilizado de acordo com o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) sendo sua atualização focada nas matrizes de referência da avaliação SAEB/IDEB com definição dos fundamentos teóricos para a recomposição do currículo, inserindo as inovações, considerando as escalas de proficiência para atender a Matriz de Referência, os Temas e os Descritores com os conteúdos associados às competências e às habilidades de cada segmento para formação do componente curricular.

Importa rever o currículo trabalhado e construir o DCRM, para ampliar o máximo as habilidades dos discentes no agir, interpretar, identificar, inferir, diferenciar, reconhecer e decodificar os objetos de conhecimento. De tal forma, há necessidade de Elaboração do currículo até 14/07/2022.

11.8 Diagnóstico Administrativo da Rede Municipal

O diagnóstico administrativo deve ser realizado com avaliação da estrutura administrativa da Secretaria da Educação, considerando um limite de gastos com pessoal para composição desta estrutura.

Definir a composição da estrutura com cargos/funções de livre nomeação e exoneração, terceirizados e estagiários. Evitar o máximo a composição com cargos efetivos com despesas elevadas.

Além disso, identificar as rotinas administrativas, respeito à lei orgânica e legislação municipal.

Apontar cumprimento do dever de impessoalidade e publicidade dos atos para validade e efeitos.

Identificar se as concessões de direitos e sanções são precedidas de processos administrativos.

Assim, após diagnóstico promover as medidas de correção e controle para corrigir, garantir eficiência e legalidade.

11.9 Diagnóstico dos Recursos Humanos da Rede Municipal

O diagnóstico dos recursos humanos deve ser realizado com auditoria da folha de pagamento da Secretaria Municipal da Educação e Cultura para identificar possíveis irregularidades, vícios, nulidades e ilegalidades, classificando em sanáveis e insanáveis. Por fim, após classificação tomar as medidas necessárias para sanar o que for identificado e revogar, anular ou reconhecer nulidade dos insanáveis.

É importante identificar as despesas de pessoal da Secretaria da Educação com reforma administrativa para adequação das mesmas ao limite de gastos com pessoal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, inclusive observar o Plano de Carreira neste sentido, com a construção de mecanismos legais para adequação dos gastos à citada Lei de responsabilidade Fiscal (LRF), por meio de Decreto.

Promover Avaliação de Desempenho semestral ou anual com relatório e medidas para correção e correição das irregularidades ou faltas funcionais encontradas. É importante esclarecer a necessidade de realização da Avaliação de Desempenho de forma processual e gradativa, iniciando com uma avaliação diagnóstica não punitiva, observada por meio de critérios definidos através de uma comissão instituída para a realização de uma Avaliação de Desempenho com caráter misto de diagnóstico e sancionatório se necessário.

De igual importância é a realização de formação continuada dos profissionais da educação de acordo a necessidade da administração municipal [Educação] identificada na Avaliação de Desempenho, mas também no Diagnóstico Administrativo e Pedagógico.

Assim, após diagnóstico promover as medidas de correção, correição e controle para corrigir, garantir eficiência e legalidade.

11.10 Diagnóstico Pedagógico da Rede Municipal

O diagnóstico pedagógico deve ser promovido bimestralmente e individualmente, por meio de pareceres individuais registrados em Sistemas de Gerenciamento Educacional ou Sistema de Gestão Escolar – SGE.

É necessário produzir relatórios e pareceres individuais de alunos com dificuldade



de aprendizado, dificuldades na coordenação motora, estereotípias, falta de concentração, dificuldades de comunicação oral, mudança repentina de humor, aversão ao toque, dificuldades para estabelecer contato visual, problemas para começar uma conversa, preferência pela não socialização e brincadeiras solitárias, ecolalia⁸ e baixo rendimento escolar.

Além disso, os resultados das provas SAEB/IDEB revelam indicadores de proficiência relacionados aos descritores para comparação de aprendizado por escolas, turnos e grupo de alunos. Isso irá permitir intervenções com formação continuada dos profissionais da educação, mas também com a adequação curricular, definição de matriz escolar, metodologia de ensino e reforço escolar coletivo e individualizado - quando for o caso.

O resultado do aluno na escala SAEB permite comparação e diagnósticos para aperfeiçoamento do processo educativo e de ensino. Com isso permite até mesmo comparar os resultados de aprendizado num dado período e aferir a proporção de investimento (recursos aplicados) e resultados alcançados (*“produção”*).

Enfim, permite análises para tomadas de decisões de gestão, pedagógicas e, sobretudo de onde, como, quanto e porque investir.

11.11 Educacenso

O registro estatístico do Educacenso deve ser prioridade na gestão da educação com alocação de quantos servidores sejam necessários para realização dos lançamentos, bem como utilização de SGE interligado ao INEP.

É importante realizar todos os atos com antecedência mínima de 10 dias para promover auditoria, correição e correção do Censo, pois é comum os municípios terem uma quantidade de alunos físicos superior à quantidade de alunos registrados no Censo.

Como o FUNDEB e todos os recursos da educação são quantificados com base nas matrículas estas falhas acarretam danos ao erário municipal e necessidade de utilização de recursos de outras fontes ou realização precária do serviço por receber valor inferior ao devido.

Algumas inconsistências geram glosas ou cancelamento do registro/lançamento do aluno matriculado e necessita de correções e conferências para garantir o

⁸ Repete o que outra pessoa fala.



financiamento correto da educação.

Sendo assim, o registro/lançamento dos alunos/matrículas no Censo é prioridade de rotina administrativa da Secretaria da Educação com força tarefa, equipamentos tecnológicos e de informática para realização perfeita.

12. AUTONOMIA DE GESTÃO

Embora saibamos que a gestão pública por natureza tem caráter político, não pode ter politiqueiro, pois a gestão deve manter equilíbrio entre decisões políticas e administrativas.

Porém, na educação erros gerenciais politiqueiros tem custo muito elevado e por vezes compromete a realização dos serviços de educação com a qualidade necessária e possível diante dos recursos disponíveis.

É importante garantir o máximo de autonomia possível ao Dirigente Municipal de Educação para evitar o clientelismo, patrimonialismo, nepotismo e partidarismo da gestão educacional.

É imperativo que haja implantação de medidas legais que se confundem com ampliação de autonomia de gestão como provimento do cargo ou função de gestor escolar de acordo com critérios técnicos de mérito e desempenho, ou a partir de escolha realizada com a participação da comunidade escolar dentre candidatos aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho.

Participação de pelo menos 80% dos estudantes de cada ano escolar periodicamente avaliado em cada rede de ensino por meio dos exames nacionais do sistema nacional de avaliação da Educação Básica. Deste modo, deve haver políticas de incentivo à participação.

Redução das desigualdades educacionais socioeconômicas e raciais medidas nos exames nacionais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), respeitadas as especificidades da Educação do Campo e suas realidades. Promoção de políticas públicas de qualificação da educação e também de redução de desigualdades.

Importa registrar a necessidade de melhorar os indicadores nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos.



E manter Referenciais Curriculares alinhados à Base Nacional Comum Curricular, aprovados nos termos do respectivo sistema de ensino. O que justifica constantes revisões e acompanhamento do currículo.

De tal modo, gerir com autonomia, controle e apuração de responsabilidade garante ao Prefeito e Secretário maior segurança e elimina riscos de investigações, processos e responsabilizações.

13. VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Revisar a concepção e pré-constituída de Valorização do Magistério como salário, construindo um novo paradigma focado numa carreira sólida e com valorização da formação continuada, no aperfeiçoamento profissional, titulação e desempenho.

A valorização é alcançada também por meio de jornada de trabalho adequada com reserva técnica na forma da lei. Disponibilidade de equipamentos de informática, internet e tecnológicos.

De outro lado, constitui valorização também a negociação compartilhada de plano de saúde, odontológico, cooperativismo para seguro de veículos coletivo, planos de descontos, auxílio alimentação, investimento em capacitação e formação continuada dos profissionais da educação. Este conjunto de medidas não remuneratórias constituem também na valorização do magistério.

Ampliação da participação e diálogo na composição e gestão pedagógica, com a máxima democratização da gestão. Lembrando que democratizar não implica perda de poder, ao contrário, legitima decisões e amplia poder das autoridades públicas.

Tratamento adequado aos profissionais da educação doentes com laudos médicos, tratando-os com processo administrativo, avaliação de médico do trabalho com emissão de Atestado de Saúde Ocupacional para fundamentar decisões adequadas ao quadro de saúde/doença e limitações do servidor. Decisões humanizadas.

Promoção de planos de demissão voluntária para dirimir os efeitos das perdas decorrentes das regras previdenciárias para renovação do quadro, sem causar dor e sofrimento com a perda de renda dos profissionais da educação.

Avaliação de lastro e condições financeiras para adesão ao programa de previdência complementar em instituições privadas, por meio de licitação e adesão

compartilhada de profissionais do magistério para garantir aposentadoria futura sem perdas, com participação igualitária nas contribuições mensais consignadas nos salários.

Enfim, promover medidas de valorização do magistério com prioridade para as medidas de baixo custo e implantação paulatina das demais, de acordo com as condições econômico-financeiras do Município.

13.1 Revisão da estrutura administrativa da Secretaria

Conforme já identificado e descrito é necessário promover a revisão da Estrutura Administrativa da Secretária Municipal de Educação e Cultura de Crisópolis, finalizando minuta de projeto de Lei até 30/12/2022.

13.2 Revisão do Plano de Carreira

De igual modo, já registrada a necessidade de revisão do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração/Salários (sem perdas de benefícios já adquiridos) do Magistério de Crisópolis, com cronograma de elaboração de minuta até 30/12/2022 pela municipalidade, com abertura de discussões com a categoria a partir desta data e prazo de 45 dias para conclusão e apresentação ao Prefeito para tomada de decisões e exercício da iniciativa de lei, enviando-a para a Câmara Municipal de Vereadores [Poder Legislativo] de Crisópolis. Sendo necessário critérios específicos para incluir profissionais efetivos da rede que ainda não estão amparados pelo referido Plano, observando a necessidade da adequação por meio de uma comissão instituída para tal finalidade.

Nesta tarefa as diretrizes nacionais e os manuais de elaboração de planos de carreira devem ser observados para construção de uma lei factível e possível sob o ponto de vista econômico, orçamentário, financeiro, contábil e, sobretudo, de responsabilidade fiscal.

Por derradeiro, deve conter incentivo a produção de resultados e qualidade da educação.

13.3 Revisão/Reforma previdenciária

38

Promover Revisão/Reforma previdenciária com análise de viabilidade de instituto próprio de previdência, bem como estudo financeiro e atuarial, revisão legislativa com definição de contribuição, descontos, responsabilidades, acesso a benefícios, readaptação/reabilitação e demais regramentos necessários.

Avaliar necessidade e viabilidade de regulamentação de previdência complementar por instituto próprio ou instituição financeira para complementação de renda dos servidores no momento de aposentadoria, com regras claras de vacância em caso de preenchimento de requisitos legais para aposentadoria somado a manutenção de até 90% da renda líquida na atividade, somando-se a aposentadoria com a renda proveniente da previdência complementar.

Promover a revisão Legislativa Municipal Previdenciária na Lei Orgânica e nas Leis Complementares e Ordinárias aplicáveis.

13.4 Piso Salarial Nacional do Magistério

Garantir o Piso Salarial Nacional do Magistério com dispositivos legais de equilíbrio atuarial e de responsabilidade fiscal nos reflexos de Plano de Carreira sempre com foco na valorização do magistério, agindo com contenção apenas quando necessário.

13.5 Seleção Pública

Realizar contratações diretas, temporárias e precárias por meio de processo seletivo simplificado, formalizando o processo de contratação.

Revisar legislação de contratação temporária para adequação às necessidades reais do Município de Crisópolis, observando a legalidade para evitar procedimentos no Ministério Público e Tribunais de Contas.

Assim, tornar o processo de Seleção Pública regra e rotina administrativa de contratação temporária.

13.6 Formação para diretores

Promover até 30/08/2022 curso de formação para dirigentes escolares com ementa definida de acordo às necessidades da Administração Municipal, indicadas pelos respectivos dirigentes e pela equipe de gestão das Secretarias de Administração, Educação, Finanças/Fazenda e Controle Interno.

Manter cronograma de formação anual. Vale ressaltar que os dirigentes escolares e secretários escolares já fazem a formação continuada por meio do Programa Formação pela Escola, ao qual foi realizada a adesão em 2021.

13.7 Formação para professores

Promover de forma continuada a formação dos professores sempre precedida por diagnósticos, formatando a ementa conforme a necessidade apontada.

Ressalta que a formação continuada deve seguir todos os parâmetros já descritos neste documento.

13.8 Formação dos profissionais da educação

É importante a realização de processo de Terceirização dos Profissionais de Educação das funções de apoio técnico, administrativo ou operacional, exigindo-se como requisito a necessária formação, atualização e reciclagem funcional para garantia de eficiência do serviço prestado pelo contratante.

Caso não seja possível ou viável administrativamente a terceirização, que seja realizada formação destes profissionais da educação até 30/11/2022 com foco no atendimento qualificado dos alunos e da comunidade escolar.

Também manter o foco na qualificação da alimentação escolar com cursos voltados a saúde, higiene, qualidade, sabor e manipulação na produção da alimentação escolar.

Contudo, este processo de formação deve ser realizado para qualificação dos serviços e melhoria do atendimento dos alunos e comunidade escolar.

14. SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

É imperativo que até 30/06/2022 seja implantado Sistema de Gestão Escolar e da Educação que atenda às necessidades da educação municipal e que forneça serviços com agilidade, qualidade e flexibilidade na customização dos serviços para eficiência na realização das demandas educacionais.

A implantação e funcionamento pleno do sistema é prioridade para qualificação da educação.

Neste processo implica também revisão legislativa com inclusão nas atribuições dos profissionais da educação registrar/lançar as informações, dados, relatórios, pareceres e documentos no Sistema Gerencial.

15. AMPLIAÇÃO DE ATENDIMENTO - BUSCA ATIVA COM METAS ABONOS OU PREMIAÇÕES – CRECHE, AEE E EJAI

Pelo diagnóstico realizado é necessário implantar mudanças na Educação municipal com implantação de políticas públicas eficientes para transformar a oferta e universalização de vagas, escolarização, mas, sobretudo meios para permanência e qualidade do serviço público de educação com foco na Creche, AEE e EJAI.

15.1 Políticas públicas de EJAI - 2022

O Município deve desenvolver política pública de EJAI com integração de secretarias de Governo, Educação, Saúde, Ação e Desenvolvimento Social, Agricultura, Esporte e Cultura.

De igual modo mobilizar todos os órgãos e o Poder Legislativo para atuação conjunta. É importante romper o analfabetismo no Município com implantação de políticas socioeducativas, atendendo ao previsto nos artigos 206 e 212 da Constituição Federal de 1.988 e, sobretudo, à LDBEN - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional⁹.

⁹ Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

§ 2º Os sistemas de ensino disporão sobre a oferta de educação de jovens e adultos e de ensino noturno regular, adequado às condições do educando, conforme o inciso VI do art. 4º.

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.



Será desenvolvida por meio de projeto e plano de ação para atendimento da diversidade etária, de gênero, étnica, racial, socioeconômica, espacial, cultural, dentre outros termos como valorizar essas pessoas com práticas pedagógicas adequadas às suas fragilidades, necessidades e peculiaridades.

Combater exclusões e violação a direitos fundamentais ao longo dos últimos 30 anos, devido a políticas de exclusão do processo de escolarização do passado. De tal modo que promoverá atendimento simultâneo ao PNE e PME.

Promoverá a universalização do acesso à educação com implantação de um sistema de atendimento que assegure o direito à educação básica e ao fortalecimento do conceito da Educação para Vida.

Esta ação de governo visa qualificar a educação e dar acesso aos munícipes de Crisópolis as escolas, bem como cumprir as determinações do PME e PNE. Vê que há potencial de **4.040** munícipes para matrícula, com meta de pelo menos **4.540** alunos para o ano de 2022 com crescimento anual da meta de pelo menos 20% nos anos subsequentes.

De outro lado, esta política é complexa em razão do público com estatística de elevado abandono e evasão¹⁰ por causa de trabalho, gravidez, cansaço etc. Sendo assim, é imperativo que haja política afirmativa, educacional e social neste sentido.

Visa a consolidação de um novo olhar e compreensão da condição dos jovens e adultos, pondo-os como sujeitos de direito à educação, deixando de lado uma visão minimalista e prejudicial à toda sociedade de que educação é só para crianças e adolescente. Concluindo, reformatar a EJA¹¹.

Sendo assim, é possível implantar

15.2 Políticas públicas de AEE - 2022

De igual modo, é necessário ampliar o atendimento de AEE no município com acolhimento dos alunos para identificação de deficiência física, deficiência mental, alunos com surdez, cegueira, baixa visão, surdocegueira, transtornos globais do

¹⁰ [...] a evasão e a repetência, que ocasionam a defasagem entre a idade e série; da busca pela certificação escolar oriunda da necessidade de trabalhar; da dificuldade de acesso; da ausência de motivação para o retorno a escola, entre outras. (CARVALHO, Roseli Vaz. A juvenilização da EJA: quais práticas pedagógicas?. Disponível em: <<http://www.horacio.pro.br/oldsite/fmp/ped/2011-2/EJA/GT18-5569-Int.pdf>>, 2012, p. 1)

¹¹ ARROYO, Miguel González. *Educação de Jovens-adultos: um campo de direito e de responsabilidade pública*. In: Soares, Leôncio, Giovanetti, Maria Amélia Gomes de Castro, Gomes, Nilma Lino (Org). *Diálogos na educação de jovens e adultos*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 25



desenvolvimento, altas habilidades, transtorno do espectro autista, DDA, TDAH, dislexia, disgrafia, discalculia, depressão, disortografia, efeitos e traumas de *bullying* escolar.

Com isso é imperativo diagnosticar com uma política pública multidisciplinar e integrativa para ampliar as condições de acesso, permanência no atendimento AEE, participação e aprendizagem no ensino regular com a garantia dos serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes.

Com isso atender à transversalidade das ações da educação especial no ensino regular, com desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos promotores de equidade na aprendizagem, assegurando as condições para a continuidade de estudos em todos níveis, etapas e modalidades de ensino.

Contudo, será elaborada política pública com Plano de Ação de AEE para garantia de acessibilidade ao conhecimento com produção de material acessível para os alunos, construção de identidade social na comunidade com respeito e convivência com as diferenças, fornecendo materiais de apoio como *softwares*, recursos e equipamentos tecnológicos, mobiliário, recursos ópticos, dicionários, recursos humanos especializados e outros.

Monitoramento do uso dos materiais na sala de aula do ensino regular com orientação e coordenação pedagógica aos professores do ensino regular e às famílias dos alunos a utilizar materiais e recursos, com promoção de formação continuada.

Diante disso, é possível implantar políticas públicas para esta finalidade, as quais serão apresentadas em formato de projeto com planos de ação para execução.

15.3 Políticas públicas de Creche - 2022

Realizar diagnóstico da comunidade para verificar *in loco* a existência de crianças de 0 a 5 anos de idade, construindo uma cultura de escolarização e da necessidade de socializar e aprender brincando, rompendo a cultura de obrigatoriedade em idade definida, tornando acessível e compreensível a necessidade e benefícios ao desenvolvimento humano e cognitivo das crianças.

Oferecer segurança à integridade física, sanidade e alimentação de qualidade, de acordo com o ECA para estabelecer o mais cedo possível o primeiro contato da criança com a vida escolar, garantindo assim o desenvolvimento de habilidades

motoras, emocionais e contato com o lúdico, de acordo com a BNCC.

Diante disso, é importante aumentar as demandas com oferta de vagas para alunos/crianças de 0 a 5 anos de idade.

É importante estabelecer estratégias e definir as demandas não atendidas para ofertar vagas e executar as ações e políticas para permanência e estabelecer uma nova cultura de escolarização, onde a escola faça parte de todas as fases do desenvolvimento das crianças, e implantar políticas públicas para esta finalidade, as quais serão apresentadas em formato de projeto com planos de ação para execução.

16. ATENDIMENTO DOMICILIAR

Após diagnóstico dos alunos da Rede Municipal de Ensino estabelecer uma política pública de atendimento domiciliar realizado pela assistente social no âmbito escolar para garantir equidade e igualdade a todos. Além disso, é preciso atuar com foco na qualidade da educação a partir da ampliação do ensino de qualidade e adequado às necessidades, características e condições dos alunos e famílias, fortalecendo as relações com a comunidade escolar.

De igual modo, é necessário estabelecer um momento de ressocialização e recuperação do aprendizado para qualificar a educação. Estabelecendo o atendimento com tutores, assistentes ou monitores com remuneração digna por hora de trabalho e atendimento realizado, podendo ser contratado diretamente, terceirização ou ainda credenciamento para o serviço específico de requalificação da educação.

Portanto, é possível implantar políticas públicas para esta finalidade, as quais serão apresentadas em formato de projeto com planos de ação para execução.

17. PDDE

O Programa Dinheiro Direto na Escola tem a principal finalidade de democratização da utilização dos recursos com a participação da comunidade escolar para manutenção e melhoria da infraestrutura pedagógica e física das escolas, com vistas a elevação do desempenho escolar.

Permite a implementação de projetos pedagógicos para desenvolvimento de atividades educacionais como avaliação de aprendizagem, intervenções de



manutenção, conservação e pequenos reparos na infraestrutura física da escola, material de consumo e/ou permanente e até despesas cartorárias.

É importante realizar intervenção com formação continuada de gestores escolares com a seguinte sugestão de formação:

1. Conhecimentos pedagógicos
2. Noções de Administração [RH, administração pública, planejamento, controle etc.]
3. Noções de licitação
4. Noções de prestação de contas
5. Gestão de recursos PDDE, Caixa Escolar, elaboração de documentos inerentes aos recursos
6. Gerenciamento de projetos educacionais
7. Gestão da qualidade
8. Gestão de conflitos na escola
9. Projeto político-pedagógico da escola
10. Planejamento estratégico
11. BNCC - currículo e cultura escolar
12. Coordenação pedagógica
13. Neurociência aplicada à educação
14. Planejamento: trabalho pedagógico e o cotidiano escolar
15. Tecnologias aplicadas à gestão educacional
16. Tecnologias na Educação
17. Educação especial na perspectiva inclusiva
18. Financiamento da educação e a gestão escolar

A formação dos gestores permitirá a utilização eficiente dos recursos da Escola para custeio com escolha de materiais de consumo como limpeza, reformas e materiais de expediente de forma ajustada com a Secretaria.

Do mesmo modo, os bens de capital com materiais permanentes como eletrodomésticos, computadores, *smartphones*, impressoras, mobiliário e demais.

É importante promover conhecimento por meio de formação de diretores para identificação e aquisição de amplo conhecimento da Unidade Escolar como Unidade Executora de recursos públicos, que atrai prestação de contas e responsabilidades. De igual modo, gestão de pessoas.

Conhecer as Ações PDDE integral, estrutura, qualidade e conectividade. Do mesmo modo, apreender de forma plena a gestão escolar com vistas a efetivação da escola acessível, qualidade no fornecimento de água potável na escola, gestão diferenciada das Escolas do Campo, ações para incentivar esporte, identificar e potencializar os atletas na escola. Por outro lado, é importante destacar a necessidade de fazer da escola um espaço de cultura, ponto digital com fornecimento de internet



banda larga por meio de Wi-Fi para toda comunidade próxima da Escola entre as 22h e 6h. Agir com planejamento participativo, com pesquisas de preço, regularidade nas contratações e aquisições, bem como utilização, empréstimo e cessão de bens permanentes, mas, sobretudo, a gestão e guarda de documentos.

Incentivar a produção de relatórios, inclusive o de execução das ações e dos recursos para viabilizar eficiência.

Sendo assim, será realizada ação específica neste sentido e objetivo.

18. TRANSPORTE ESCOLAR

O transporte escolar é um serviço público importantíssimo, pois dirigido a crianças, adolescentes, adultos e idosos, em especial, a crianças que exige cuidado, segurança e monitoramento.

O transporte mede e expressa qualidade do serviço de educação, gerando inclusive ampliação de matrículas e manutenção na escola, pois a delimitação do objeto deve ser realizada em total harmonia com o ordenamento da rede municipal e sua necessária adequação ao Sistema Municipal de Ensino.

É obrigatória a medição das rotas por meio de georreferenciamento e mapeamento do transporte escolar do município, para evitar e prevenir atuação da Polícia Federal, CGU, TCU e, especialmente Ministério Público Federal com indicação de superfaturamento em razão do pagamento por distâncias adulteradas ou não confirmadas neste procedimento de medição.

O processo licitatório deve ser o mais adequado com definição clara e precisa do objeto garantindo isonomia, impessoalidade, publicidade, economicidade, moralidade, eficiência e competitividade.

É recomendável que a definição do valor EJAI feita por quilômetro rodado e nos parâmetros definidos pelo TCM-Ba e TCU.

O processo licitatório poderá ser Pregão Eletrônico, credenciamento ou modalidade que garanta publicidade, competitividade e vantagem à administração municipal, com foco especial na distribuição de renda com MEI para os prestadores, eliminando custos com tributos e lucros empresariais, mas fomentar renda local. É importante também regulamentar por lei o transporte e condições de contratação, sobretudo, condições de vistoria, ano dos veículos e demais condições e vantagens no processo licitatório para proteção da economia, renda e desenvolvimento local e



regional.

Desta forma, promover a qualificação do serviço e aperfeiçoamento da execução dos recursos para maior eficiência com menor valor possível para ampliação de outras políticas públicas com resultados em qualidade, aprendizagem, alimentação/nutrição escolar e, sobretudo, ampliação de receitas da educação para manter equilíbrio e segurança financeira, orçamentária e total regularidade da gestão.

É possível agir com consciência social e política pública: de alimento escolar no transporte desde cedo e com retorno mais tarde. Sempre com alimentos preparados com recomendação e monitoramento de nutricionista.

19. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Alimentação Escolar (PNAE) assume um importante papel, tendo como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações

É importante democratizar o cardápio da alimentação escolar com indicação dos itens pelos alunos, como: frutas preferidas, alimentos preferidos para refeição de pelo menos três cardápios para escolha na escola e execução cada vez mais próxima dos gostos.

Verificação de alergias, intolerâncias e demais reações para adaptações necessárias.

É importante realizar intervenções com kits de alimentos secos e frutas para o retorno dos alunos às suas casas.

É fundamental o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento regional com aplicação mínima, por lei municipal, de 50% dos recursos do PNAE e demais que forem utilizados na Alimentação Escolar em aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar.

Além disso, promover a distribuição de alimentos aos alunos de famílias vulneráveis, especialmente os da creche com leite em pó ou outros gêneros importantes para nutrição.

Enfim, é possível requalificar as ações de educação com foco em gente. Respeitar as pessoas como seres humanos, destacando os mais carentes para garantir

equidade ampliando as ações de alimentação escolar.

20. PRESTAÇÃO DE CONTAS

Em relação a prestação de contas agir no sentido preventivo e colaborativo com o Controle Interno para eliminar riscos e promover gestão probatória, legal e regular.

É importante monitorar bimestralmente o andamento das prestações de contas e lançamentos nos seguintes sistemas:

1. Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE)
2. Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC)
3. Sistema de Gestão de Conselhos do FNDE (Sigecon)
4. PNAE
5. PNATE
6. PDDE
7. PDDE qualidade
8. PDDE estrutura

Com isso, implantar rotina administrativa de monitoramento, controle e execução das prestações de contas obrigatórias, incluindo a colaboração com a prestação de contas do Município em relação ao IEGM e Notificações da Educação.

21. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME

Em relação ao Conselho Municipal de Educação realizar reformulação legislativa municipal e regulamentações do referido órgão social para dar-lhe maior eficiência e condições de atuação na ampliação da democratização da gestão e regulamentação de ações e políticas de educação.

Neste sentido, é importante entender as competências e atribuições do CME definidas na Lei Federal n. 9.394¹², PNE e PME, mas também na regulamentação de calendário escolar, atuação colaborativa no currículo e toda atuação da Educação Municipal.

É de grandiosa importância para a democratização da gestão da educação com participação ampliada pelos segmentos representados.

¹² Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Tem função deliberativa com poder de decisão final em matérias específicas definidas em Lei Federal e Sistema Municipal de Ensino.

De igual modo, tem função consultiva no assessoramento das ações do Governo Municipal na área de educação, opinando sobre temas relevantes, respondendo a consultas, tudo isso, por meio de pareceres que podem ou não se converter em resoluções.

Tem ainda função de mobilização e controle social quando fomenta e realiza a participação democrática na formulação e gestão das políticas públicas.

Sendo assim, há necessidade de planejamento na relação com o CME para encaminhamento de demandas em tempo hábil e sem pressa para atropelos. Aperfeiçoar sempre.

22. CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE

O Conselho de Alimentação Escolar visa acompanhar e fiscalizar o emprego dos recursos da alimentação escolar. Observando qualidade e segurança dos alimentos, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis com inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem.

O ato de monitorar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados ao Programa de Alimentação Escolar implica em visitas para aferir a qualidade dos alimentos, condições de higiene, condições sanitárias e aceitação dos cardápios oferecidos.

Também de acompanhar a necessária aquisição de alimentos da agricultura familiar e agroecológicos¹³.

A atuação pode acarretar suspensão de recursos, razão pela qual é importante orientar e acompanhar as reuniões ordinárias e extraordinárias.

É importante realizar Formação dos Conselheiros como suporte. Sendo assim, o programa requer atuação e inclusão nas demandas de gestão, especialmente no monitoramento de aceitação da comunidade.

23. CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB – CACS/FUNDEB

¹³ Lei Federal Nº 11.947/2009 e na Lei Municipal Nº 16.140/2015.

Em relação ao Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, regulamentado pela Lei Federal nº. 11.413/20.

O acompanhamento e o controle social dos recursos do Fundo se dá por meio de avaliação e manifestação formal sobre registros contábeis e demonstrativos gerenciais do Fundo, podendo requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos necessários, respeitando a LGPD.

Acumula o acompanhamento da aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (PEJAI).

É composto de forma social com participação da comunidade escolar para análise e emissão de Parecer Técnico que tem efeitos em recursos importantes da educação com possibilidade de suspensão.

Deste modo, requer ações, avaliação, monitoramento e suporte para evitar danos ao erário municipal.

24. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO

O plano de ação será executado de forma contínua e construtiva com avaliação e monitoramento expressados em relatórios anualmente.

O planejamento estratégico neste momento representa uma mudança na forma de gerir, que permite atuação de forma ordenada, delegada e monitorada pelos setores responsáveis que compõe a Secretaria da Educação em suas respectivas funções.

Este procedimento permite eleger prioridades e agir de forma eficiente, identificando os personagens que representam o projeto para avaliar o impacto da gestão na comunidade, diferenciando o atendimento para eficiência e qualidade.

O planejador deve se antecipar aos problemas para preparar as ações de governo e dar eficiência total na Gestão da Educação, produzindo resultados, ampliando os atendimentos e, ao mesmo tempo, ampliando receitas educacionais.

É importante estabelecer um mapa de processos desde a gestão de RH até o atendimento da menor demanda. Estabelecer gestão com organogramas, cronogramas e fluxogramas das atividades, mapeando as ações e monitorando-as para correções, adequações e garantia de eficiência.

A definição dos objetivos, metas e estratégia devem ser adotados de forma que

defina os mecanismos, tempo e meios para enfrentar as diversas situações garantindo atendimento e sucesso.

Estabelecer um ciclo virtuoso de gestão com estratégias claras para atingir os objetivos e metas. Relacionar bem as estratégias com os planejamentos institucionais da Secretaria e das Unidades Escolares.

A maior dificuldade de estabelecer o ciclo de estratégias na Administração Municipal é a cultura e vícios existentes. Na educação municipal os desafios são ainda maiores, porque tais obstáculos são mais amplos e necessitamos estabelecer comunicação no mesmo governo com linguagens distintas para o administrador, financeiro, jurídico, contábil e os educadores, CONCILIANDO para melhor execução possível e garantia de eficiência. A composição de indicadores deve contemplar as várias dimensões associadas ao desempenho governamental, mas sobretudo conciliando o estado atual e os envolvidos, mas com foco em eficiência e qualidade para o monitoramento dar certo e promover resultados.

A estruturação deste plano objetiva a organização com referencial estratégico, objetivos de pequeno, médio e longo prazo. É importante promover a execução com desdobramento das estratégias nos níveis tático e operacional, cada um com ações específicas para gestão de excelência, com definição de um conjunto de iniciativas, projetos e ações para implementação e alcance das metas e objetivos.

Para o funcionamento do Plano Estratégico é necessário que a Gestão da Educação designe responsáveis, prazos e entregas, em especial para os níveis tático e operacional. É imprescindível realizar monitoramento com práticas de gestão para acompanhamento periódico com relatórios do andamento, cumprimento de prazos, entregas e dos resultados das iniciativas, ações e metas.

Os resultados podem ser mensurados de maneira qualitativa ou, preferencialmente, quantitativa. A avaliação da estratégia deve estabelecer o grau de atingimento dos objetivos, com apresentação de medidas de correções, inclusive mediante alteração do plano estratégico.

A forma mais eficiente para tratar a gestão da Educação Municipal é formação de ciclo de políticas públicas inseridas no planejamento governamental. Todas as metas devem atrair uma política pública para atendimento das demandas (Problemas, Oportunidades), elegendo prioridades para formação da agenda numa lista de prioridades do poder público para tratamento governamental. Neste sentido exige

cautela na formulação da política pública com alternativas para resolver o problema, estimando custos e benefícios de cada opção e são definidas as prioridades.

Definir tempo, meio e métodos de implementação das políticas públicas com mobilização do aparato administrativo do governo, realização de reuniões facilitadas pela tecnologia, massa também pelos recursos humanos. Importa concluir que este Planejamento é também uma política pública de gestão que deverá ser reconstruída a todo tempo para atender às peculiaridades e necessidades do público alvo [foco] e da qualidade e eficiência da Gestão. Como alcançar os objetivos – estratégias e ações planejadas com políticas públicas específicas para cada problema apresentado.

Concluindo, serão apresentados planos de aplicação em fases com matrícula, pedagógico, normativo, permanência, alimentação e nutrição, acolhimento, ensino, aprendizagem e, o necessário processo avaliativo com reconstrução constante para aperfeiçoar o programa (Busca ativa).

25. QUADRO DEMONSTRATIVO DE METAS E ESTRATÉGIAS

Nº	METAS	AÇÕES	PARCERIAS	PERÍODO		RESPONSÁVEL
				INÍCIO	TÉR.M.	
01	Elaborar o Plano de ação.	Encontros para a elaboração do Plano de Ação	Equipe Técnica da Secretaria da Educação	Abril 2022	Janeiro 2023	Equipe técnica e pedagógica da Secretaria
	Readequação do Plano de ação 2022	Implementar novas ações e pontuar as metas que foram cumpridas e as que estão em curso	Equipe Técnica da Secretaria da Educação	Abril 2022	Mai 2022	Equipe técnica e pedagógica da Secretaria
02	Realizar encontros para sistematização da Jornada Pedagógicas 2023	Fomentar plano/projeto para a realização da jornada pedagógica	Equipe Técnica da Secretaria da Educação.	Dezembro 2022	Janeiro 2023	Secretaria da Educação Gestores escolares e Coordenação Pedagógica
	Jornada Pedagógica 2023	Realização da Jornada Pedagógica 2023	Equipe Técnica da Secretaria da Educação.	Dezembro 2022	Fevereiro 2023	Palestrante convidados e Secretaria da Educação



03	Escolas Conectadas	Revisar o projeto para implementação de internet Banda Larga nas Unidades Escolares do Município.	Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social	Abril 2022	Dezembro 2022	Secretaria da Educação
04	Programa Tempo de Aprender	Fortalecer e apoiar o Programa Tempo de Aprender em todas as Escolas do Campo no Município de Crisópolis.	Secretaria da Educação;	Março 2022	Novembro 2022	Secretaria da Educação
05	Projeto de Meio Ambiente: Em busca de uma Crisópolis mais verde, mais limpa e sustentável	Desenvolver Projetos por unidades escolares que contemple o tema central. Tratando de ações concretas, tendo como resultado a mudança de atitudes dos munícipes.	*Unidades Escolares *Secretaria Municipal da Educação *Secretaria de Assistência Social *Secretaria de Infraestrutura *Secretaria de Agricultura	Maio 2022	Dezembro 2022/2023	*Escolas Municipais *Secretaria Municipal da Educação



06	Promover Formação Continuada para gestores/as, Coordenadoras e Professores/as.	Encontros formativos Visitas de orientação e acompanhamento das Ações Pedagógicas desenvolvidas.	SEDUC e unidades escolares.	Maio 2022	Dezembro 2022/2023	Secretaria da Educação e Departamento Pedagógico
07	Realização de avaliações diagnósticas internas em rede para a Educação Infantil, Ensino Fundamental (Anos iniciais e finais).	Elaboração e aplicação das avaliações diagnósticas inicial e final ao ano letivo.	Departamento Pedagógico Comissão Especial	Março de 2022	Novembro 2022/2023	Departamento pedagógico Comissão Especial
08	Monitorar as metas do Plano Municipal de Educação.	Participação nos encontros de formação e socialização para a equipe da SEDUC.	Equipe Técnica e Coordenação do PME. Conselho Municipal de Educação.	Janeiro 2022	Dezembro 2022	Equipe de Monitoramento e Avaliação





09	Projeto "Ler é bom demais"	<p>Trabalhos realizados em sala de aula pelos docentes (saraus, soletrando, trabalho com gêneros textuais, etc.)</p> <p>Carnaval Literário: Desfile com fantasias seguindo mini trio com marchinhas carnavalescas e músicas literárias</p> <p>Biblioteca Itinerante: Realizar o intercâmbio entre as escolas do município com o intuito de promoção da leitura e cultura literária.</p> <p>Arraia da Educação-Forró literário: Promover o intercambio cultural</p>	Escolas da rede municipal e Secretaria Municipal da Cultura e da Educação.	Fevereiro 2022 Fev. 2022 Setembro 2022 Junho 2022	Novembro 2023 Fev. 2023 Novembro 2023 Junho 2023	Secretaria da Educação e Coordenação Pedagógica
----	----------------------------	--	--	--	---	--



		<p>junino entre escolas da rede.</p> <p>Feira Literária: Organizar a Feira Literária com exposições de materiais de gêneros literários diversos produzidos nas unidades escolares de toda rede.</p> <p>Sarau na Praça: Incentivar, promover show de calouros, apresentações teatrais, musicais, dança, momentos de leitura dinâmicas, declamações de poesia, poemas e cordéis, roda de bate-papo, etc. organizadas pelas escolas e comunidade local.</p>		Outubro 2022	Outubro 2023	
				Fevereiro 2022	Dezembro 2023	



10	Realizar Desfile Cívico do 7 de Setembro.	Mobilização das escolas/instituições de ensino. Realização do Desfile Cívico	Secretaria Municipal da Educação e Secretaria de Saúde e Escolas Municipais.	Setembro 2022	Setembro 2022/2023	Secretaria da Educação e Coordenação Pedagógica
11	Realizar Formação Continuada de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade e a Educação Especial na perspectiva da inclusão.	Organização de seminários e/ou palestras.	Secretaria Municipal da Educação, Secretaria de Saúde. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Secretaria de Assistência Social	Fevereiro 2022	Novembro 2022	Secretaria da Educação e Coordenação Pedagógica Núcleo de Educação Especializada
12	Ofertar o ensino, para a população de 4 a 21 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades	Garantir a matrícula a alunos/as com NEE na Educação Básica. Realizar diagnóstico sobre a situação dos/as discentes com deficiência.	Secretaria Municipal da Educação, Secretaria de Saúde. Secretaria de Assistência Social	Janeiro 2022	Dezembro 2022	Secretaria da Educação e Prefeitura Municipal



	<p>ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de Sistema Educacional Inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.</p>	<p>Fazer levantamento de crianças, jovens e adultos com necessidades especiais para atendimento dos mesmos na Educação Básica. Levantamento de dados nas escolas sobre alunos/as com deficiências.</p> <p>Consultas aos pais e ou responsáveis dos/as alunos/as identificados/as. /as</p> <p>Escuta qualificada dos/as alunos/as Buscar nas Associações e ONG's existentes o número real de pessoas com necessidades especiais, com finalidade de matricular na rede Regular de Ensino e atualização</p>				
--	--	--	--	--	--	--



		no Censo escolar. Garantir a criação de uma Equipe de Atendimento Multidisciplinar.				
13	Garantir a formação continuada (Formação pela Escola) a todos os professores da Educação Municipal	Realização de seminários e encontros formativos.	Secretaria da Educação/ Coordenação Pedagógica	Fevereiro 2022	Novembro 2023	Secretaria da Educação; Coordenação Pedagógica
14	Programa FormaCampo	Elaboração e execução do Projeto de Formação continuada para professores das Escolas Públicas Municipais que atendem alunos do Campo.	Secretaria da Educação e Cultura; Conselho Municipal de Educação; FNDE; Secretaria do Estado.	Janeiro 2022	Dezembro 2022	Secretaria da Educação
15	Reformulação dos Projetos Políticos Pedagógicos das Escolas.	Encontros de formação,	Secretaria da Educação.	Janeiro 2022	Outubro 2022	Secretaria da Educação e Coordenação Pedagógica





	Elaborar e implementar o Currículo Crisopolense e Avaliação de ensino Municipal.	Acompanhamento do desenvolvimento do trabalho com base na matriz curricular do município em todo ensino da rede.	Secretaria Municipal da Educação. Escolas da rede municipal de ensino Conselho Municipal de Educação.	Fevereiro 2022	Julho 2022	Secretaria da Educação e Coordenação Pedagógica
16	Reformar, adaptar e ampliar as escolas da Rede Municipal de Ensino, pequenos reparos.	Reformar, gradativamente, as Unidades Escolares.	Secretaria Municipal da Educação.	Janeiro 2022	Dezembro 2022	Secretaria da Educação; Prefeitura Municipal
17	Construir o centro de atendimento AEE	Assegurar a utilização dos recursos tecnológicos disponíveis em (100%) das escolas da rede Municipal da Educação. Revitalização do centro de atendimento AEE.	Secretaria Municipal da Educação.	Fevereiro 2022	Dezembro 2022	Secretaria da Educação e Prefeitura Municipal

		Escolares. Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica.				
18	Inauguração de 01 Creche e construção de mais 01.	Construir e inaugurar a Creche Pro infância.	Secretaria Municipal da Educação e FNDE.	Janeiro 2023	Dezembro 2023	FNDE/MEC. Secretaria da Educação; Prefeitura Municipal
19	(Re)construir quadras poliesportivas.	Buscar parcerias com o Governo Federal e Estadual para (re)construir quadras esportivas nas escolas.	FNDE. Prefeitura Municipal Secretaria Municipal da Educação, de Cultura, Esporte e Lazer	Janeiro 2023	Dezembro 2023	Governo Federal Prefeitura Municipal;
20	Implementar os Conselhos Municipais.	Realizar reuniões para fortalecer os Conselhos Municipais.	Secretaria Municipal da Educação.	Janeiro 2022	Dezembro 2022	Secretaria da Educação

21	Melhorar os índices de aprovação na Modalidade Educação de Jovens e adultos, identificando os desafios e propondo ações efetivas para reversão desse quadro.	Realizar encontros com Gestores/as e Professores/as com a finalidade de reorganizar a metodologia da Educação de Jovens e Adultos, garantindo o aumento dos índices de conclusão. Realizar palestras com os/as discentes, com tema Autoestima, ministrada por psicóloga e ou assistente social.	Secretaria Municipal da Educação.	Fevereiro 2022	Dezembro 2022	Secretaria da Educação; Coordenação Pedagógica e Escolas Municipais
22	Programa Bolsa Auxílio EJAI	Implantar Política Pública de Incentivo através de Bolsa auxílio para alunos da Modalidade Educação de Jovens, Adultos e Idosos	Secretaria da Educação	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Secretaria Municipal da Educação



23	Elevar os Índices de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.	Implantar em 100% a oferta de vagas na modalidade de EJAII (2º segmento) na Rede Municipal de Ensino (META 10) Monitorar o Programa Nacional do Livro Didático em escolas municipais da	Secretaria Municipal da Educação.	Fevereiro 2022	Dezembro 2022	Secretaria da Educação; Coordenação Pedagógica e Escolas Municipais
		rede de ensino. Reduzir a Taxa de Distorção Idade-série dos/as alunos/as do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Acompanhar e executar 100% das ações do PAR no que concerne a formação inicial e continuada dos/as professores/as da Educação Infantil, e do Ensino Fundamental. Reduzir taxa de abandono dos/as alunos/as do noturno na modalidade de EJAII (2º segmento – 6º ao 9º ano).				



24	Realizar Palestras nas unidades escolares	Realização de palestras em parceria com a Secretaria de Saúde e Assistência	Secretaria Municipal da Educação; Secretaria de Saúde; Secretaria	Março 2022	Novembro 2022	Secretaria da Educação; Secretaria de Saúde; Secretaria
25	Fortalecer as ações sociais no âmbito escolar	Social abordando temas como: drogas, sexualidade, alimentação saudável, entre outros de interesse das escolas.	de Ação Social; Conselho Tutelar	Março 2022	Dezembro 2022	de Ação Social.
26	Firmar parcerias com as Instituições de Ensino superior (IES), articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisas e cursos de formação para profissionais da educação.	Divulgar inscrições, e validá-las.	Secretaria Municipal da Educação e Plataforma Freire/ UNEB; UFBA/ Secretaria do Estado.	Quando abrirem as inscrições no Sistema	A definir	Secretaria da Educação; Prefeitura Municipal



27	Adquirir imóvel para as unidades escolares	Buscar parcerias com o governo aquisição de imóveis para as escolas municipais de Crisópolis	SEDUC; Prefeitura Municipal e FNDE/MEC	Fevereiro 2022	Dezembro 2022	SEDUC e Prefeitura Municipal
28	Intensificar o controle de regularização da vida escolar (Conselho Municipal de Educação)	Instituir inspeção escolar. Acompanhar as ações desenvolvidas na escola. Verificar a documentação (transferências, cadernetas, boletins, ficha individual do aluno, pasta de documentos pessoais do aluno, atas de reuniões e de resultados finais, livro de matrícula o que ocorrer).	Secretaria Municipal da Educação.	Fevereiro 2022	Mai 2022	Secretaria da Educação e CME

29	Ampliar a oferta a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em Creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE.	Ofertar vagas nas unidades escolares do município para todas as crianças em idade de 0 a 5 anos com comodidade, conforto e profissionais capacitados para atender a esse público.	Secretaria Municipal da Educação.	Janeiro 2022	Dezembro 2022	Secretaria da Educação
30	Elevar o índice de desenvolvimento das crianças da pré-escola	Língua Portuguesa: - 100% dos alunos de 4 anos de idade chegarem até o final do ano, silábicos alfabéticos em suas hipóteses de escrita; - 100% dos alunos de 5 anos de idade chegarem até o final do ano, silábicos alfabéticos em suas hipóteses de escrita; - 100% dos alunos de 4 anos de idade, até o final do ano escrevendo seu primeiro nome com autonomia;	Secretaria Municipal da Educação Departamento Pedagógico	Durante o ano letivo	Final do ano letivo	Gestores e coordenadores escolares Professores



		<ul style="list-style-type: none">- 100% dos alunos de 5 anos de idade, até o final do ano, escrevendo seu nome completo com autonomia;- 100% dos alunos de 4 anos, garantindo no reconto a sequência narrativa;- 100% dos alunos de 5 anos de idade, garantindo no reconto a sequência narrativa, trazendo as marcas da escrita na fala. <p>Matemática:</p> <ul style="list-style-type: none">- 100% dos alunos de 4 anos de idade, associem os números à suas respectivas quantidades, até o final ano letivo;- 100% dos alunos de 5 anos de idade, associem os números as suas respectivas quantidades e identifique o valor posicional em diversas situações, até o final do ano letivo;- 100% dos alunos de 5 anos com noção da regularidade do sistema de numeração decimal. <p>Criar estratégias para desenvolver tais habilidades nas crianças através de atividades realizadas em sala de aula que promovam a aprendizagem necessárias das</p>				
--	--	---	--	--	--	--



		crianças compatíveis com suas idades				
31	Projeto "Educar através do Esporte"	Colaborar junto à Secretaria de Esportes com campeonatos municipais e regionais bem como, promover os "Jogos Estudantis" na semana em comemoração ao Dia do Estudante	Secretarias: de Educação e Esporte, Prefeitura Municipal.	Abril 2022	Agosto 2022	Secretaria da Educação; Coordenação Pedagógica e Escolas Municipais
32	Projeto "CART"	Desenvolver atividades extra curriculares voltados para a arte e a cultura popular do Município.	Secretaria da Educação Coordenadores do Projeto	Fevereiro 2022	Dezembro 2022	Secretaria da Educação; Coordenação Pedagógica e Escolas Municipais
33	Programa EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA SEBRAE	Implementar o Programa Educação Empreendedora – SEBRAE em todas as Unidades Escolares do Município do Estudante	Secretaria da Educação SEBRAE	Março 2022	Dezembro 2022	Secretaria da Educação; Coordenação Pedagógica e Escolas Municipais



34	Projeto Enem: "Crsópolis de Olho no Futuro"	Voluntariado e Parceiros	Secretaria Municipal da Educação e Equipe Técnica	Setembro 2022	Outubro 2022	Secretária Municipal de Educação
35	Monitoramento e Execução das Ações do PME	Monitorar as ações do PNE	Secretaria Municipal da Educação e Equipe Técnica	Janeiro 2022	Dezembro 2022	Secretaria da Educação, Equipe Técnica e Comissão de Monitoramento e Avaliação
36	Campanha de Matrícula da Rede Municipal.	Elaborar e realizar campanha de matrícula da Rede Municipal.	Proposta Curricular do Sistema Municipal da Educação.	Dezembro 2021	Março 2022	Secretaria da Educação; Coordenação Pedagógica e Escolas Municipais
37	Semana da Criança.	Instituir a Semana Nacional da Educação Infantil nas escolas onde atendem essa modalidade.	Secretaria Municipal da Educação.	Setembro 2022	Outubro 2022	Secretaria da Educação; Coordenação Pedagógica e Escolas Municipais

38	(Re)formular, (re)construir, o Plano de Cargos e Salários do Magistério do Município de Crisópolis	(Re)elaborar, revisar o Plano de Cargos e Salários do Magistério	Secretaria da Educação; SASE; FNDE/MEC	Março 2022	Dezembro 2022	Secretaria da Educação e Prefeitura Municipal.
39	Acompanhamento e Monitoramento do PAR	Monitoramento do SIMEC	Secretaria da Educação	Janeiro 2022	Dezembro 2022	Secretaria da Educação e Prefeitura Municipal.
40	Declaração de RAIS (Relação Anual de Informações Sociais)	Declaração de todos os Caixas Escolares	Secretaria da Educação	Janeiro 2022	Fevereiro 2022	Secretaria da Educação e Prefeitura Municipal
41	Conclusão (desbloqueio) de Novos Caixas Escolares Escolas do Campo	Caixas Escolares da Zona Rural	Secretaria da Educação	Janeiro 2022	Abril 2022	Secretaria da Educação e Prefeitura Municipal.
42	Formação da Equipe Gestora	Orientação e Formação dos Gestores Escolares com continuidade do Programa Formação pela Escola	Secretaria da Educação	Janeiro 2022	Abril 2022	Secretaria da Educação e Prefeitura Municipal



43	Renovação da autorização de Funcionamento das Escolas	Credenciar, autorizar e regulamentar as escolas Municipais	Secretaria da Educação	Janeiro 2022	Dezembro 2022	Secretaria da Educação e Prefeitura Municipal.
44	Formação com os Secretários Escolares.	Formação continuada para os Secretários Escolares na área tecnológica e administrativa	Secretaria da Educação	Março 2022	Dezembro 2022/2023	Secretaria da Educação e Prefeitura Municipal.
45	Ampliação do Atendimento Educacional especializado	Sensibilizar as famílias a inserir as crianças no processo de atendimento especializado.	SEDUC e Prefeitura Municipal	Fevereiro 2022	Dezembro 2022	SEDUC; Prefeitura Municipal e Coordenação Pedagógica
46	PROERD	Continuação do Proerd nas escolas do município	SEDUC Prefeitura Polícia Militar	Março 2022	Dezembro 2022	Secretaria Municipal da Educação Polícia Militar Prefeitura
47	Programa Busca Ativa	Fazer busca ativa de todos alunos que estão fora da escola por meio de chamada pública, mini censo, visando combater a exclusão escolar.	Equipe Técnica da Secretaria da Educação	Abril 2022	Mai 2022	Secretaria Municipal da Educação Equipe Técnica da Secretaria da Educação



48	Aquisição de veículo para a Secretaria da Educação	Recursos próprios	>Secretaria da Educação. Prefeitura	Fevereiro 2022	Dezembro 2022	Secretaria da Educação. Prefeitura
49	Aquisição de veículo refrigerado para o setor da merenda	Recursos próprios	Secretaria da Educação. Prefeitura	Fevereiro 2022	Dezembro 2022	Secretaria da Educação. Prefeitura
50	Monitoramento de Avaliações Diagnósticas e Formativas Programa Sala de Recursos		Secretaria da Educação. Prefeitura	Fevereiro 2022	Dezembro 2022	Secretaria da Educação. Prefeitura
51	Aulas de Reforços para alunos que precisam de recuperação de aprendizagens.	Recursos Próprios	Secretária de Educação Prefeitura	Maio 2022	Dezembro 2022	Secretaria da Educação Prefeitura



52	Projeto Rádio: "EstaçãoEduc"	Recursos Próprios	Secretária de Educação Prefeitura	Fevereiro 2023	Dezembro 2023	Secretária de Educação Prefeitura
53	Projeto de Leitura: "Viajando na Leitura"	Recursos próprios	Secretária de Educação Prefeitura	Fevereiro 2023	Dezembro 2023	Secretária de Educação Prefeitura
54	Arraial Junino	Recursos próprios	Secretária de Educação Prefeitura	Junho 2022	Junho 2023	Secretária de Educação Prefeitura
55	Elaboração do Documento Curricular Referencial - DCRM	Recursos propios	Secretária de Educação Gestores Professores Prefeitura	Mai 2022	Julho 2022	Secretária de Educação Gestores Prefeitura



26. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Planejamento e avaliação são partes constitutivas e inseparáveis da gestão participativa. Para tanto, o Plano de Ação do biênio 2022-2023 será traduzido em ações e metas anuais desenvolvidas em parceria com a rede municipal de ensino, buscando indicar parâmetros, critérios e indicadores específicos, que permitirão o seu acompanhamento e avaliação, tais como: observações, registros e reuniões, no decorrer do desenvolvimento das ações nele propostas e através das coordenações e superintendência. O processo de avaliação é global e integra as atividades escolares e administrativas.

Além disso, adicionalmente, deverão ser promovidas avaliações periódicas e sistemáticas do desempenho da instituição sob o plano, integrando e relacionando todas as suas dimensões e estabelecendo parâmetros de julgamento derivados de sua missão institucional, dos seus objetivos gerais e específicos.

Dessa forma, o acompanhamento e a avaliação do Plano de Gestão devem permitir a comparação das ações e das metas alcançadas anualmente; pois o processo de avaliação é um instrumento importante no desenvolvimento de qualquer ação, por isso, terá o intuito de diagnosticar os avanços e os retrocessos de cada ação, propiciando às equipes da SEDUC e das escolas oportunidades para refletir sobre os pontos positivos e negativos e, a partir deste diagnóstico, acentuar algumas ações e redirecionar outras, na busca constante das condições necessárias para a oferta de um ensino.

27. CONCLUSÃO

Como expressamos inicialmente, esse Plano de Gestão tem como finalidade servir como um mapa para as ações e planejamentos do biênio 2022/2023, não perdendo de vista que o cenário nacional e internacional nos desafia a resistir no campo social na defesa da educação como bem público. E dentro dessa perspectiva, nos propomos a pensar a gestão da SEDUC como um *saber/fazer* dinâmico e em contínua modificação para atender as transformações e demandas advindas da sociedade brasileira.

Entendemos que a educação (re) construída como *espaço/tempo* formativo e (auto) formativo cumpre e precisa cumprir cada vez mais com seu papel fundamental, que é a democratização social do país, subsidiando com sua análise crítica, dialógica e reflexiva a sociedade para a efetiva resistência das políticas públicas foram implantadas ou que possam vir a ser implementadas na contramão dos interesses coletivos, em favorecimento de interesses individuais e privados na gestão da educação e da ciência.

Assim, a SEDUC pretende contribuir com a formulação de análises críticas e de propostas concretas que ofereçam procedimentos e soluções criativas de modo realmente democrático, ampliando os espaços educacionais e formativos dos/as estudantes para que estes tenham uma postura crítica e adequada perante as transformações da sociedade brasileira.

Crisópolis/BA, 24 de maio de 2022

Jeluse Barreto dos Santos
Secretária Municipal da Educação e
Cultura

Leandro Dantas de Jesus Costa
Prefeito Municipal



28. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. V. de, e BALZANO, S. Progressão na carreira do magistério e avaliação de desempenho. In M. M. Rodrigues, & M. Giágio, Guia de consulta para o Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação - PRASEM III Brasília: FUNDESCOLA/MEC, 2001.

_____. Administração de Projetos. São Paulo: Atlas, 2007.

ALVES, T., e PINTO, J. M. de R. (2011, maio/ago.). Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte. Cadernos de Pesquisa, 41 (143). 2011, p. 606-639.

ARRUDA, Nirlene Aparecida; Vasconcellos, Roberto Roma. PlanEJAmento Estratégico: O Balanced Scorecard na Indústria do Setor Siderúrgico. VII Congresso Nacional de Gestão em Excelência, 2011. Bordigno, Genuíno. **Gestão da educação no município: sistema, conselho e plano.** 2 ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2013.

BATEMAN, Thomas S., SNELL, Scott A. Administração: construindo vantagem competitiva. São Paulo: Atlas, 1998.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Matriz de referência de Língua Portuguesa e Matemática do SAEB. Brasília: MEC, 2020.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei n.9.394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: Ministério da Educação – Imprensa Oficial, 1996.

CHIAVENATO E SAPIRO, Alberto; SAPIRO, Arão. PlanEJAmento estratégico. São Paulo: Campus, 2009.

CHRISTY, Fran. Manual de Definição de Metas e Manual de Administração do Tempo. Disponível em: <http://www.sonhosestrategicos.com>.

CRISÓPOLIS. Lei Municipal de Ensino nº 383 /2005. Sistema Municipal de Ensino. Crisópolis/BA, 2015.

FERRAÇO, C. E. Eu, caçador de mim. In: GARCIA, R. L. Método: pesquisa com o cotidiano. RJ: DP&A, 2003.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_ Lei Orgânica Municipal 2011/2012. Crisópolis/BA, 2010.



__ Lei Municipal n. 697/2017. Plano Municipal de Educação. Crisópolis/BA, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática. 5ª Ed. Goiânia. Editora Alternativa. 2004.

LUCK, H. A Aplicação Do PlanEJAmento Estratégico Na Escola. Revista Gestão em Rede, no. 19, abril, 2000, p. 8-13.

MARTINS, Marcos Amancio P. Gestão Educacional: PlanEJAmento Estratégico e Marketing. Rio de Janeiro: Brasport, 2007.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Administração de projetos na indústria brasileira de informática. São Paulo, 1987. 191p. Tese (Livre Docência). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 1987.

_____. Ministério do PlanEJAmento, Orçamento e Gestão. Secretaria de PlanEJAmento e Investimentos Estratégicos. Manual de Elaboração: plano plurianual 2008-2011. Brasília: MP, 2007.

NÓVOA, A. Para uma análise das instituições escolares. In: NÓVOA, A. **As organizações escolares em análise**. Lisboa: D. Quichote, 1995.

OLIVEIRA, Alice Virginia Brito. O uso das mídias na sala de aula: resistências e aprendizagens. Disponível em: <<http://dmd2.webfactional.com/media/anais/O-USO-DAS-MIDIAS-NA-SALA-DE-AULA-RESISTENCIAS-E-APRENDIZAGENS.pdf>>. Acessado em: 28/11/2016.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. PlanEJAmento estratégico: conceitos, metodologias e práticas. São Paulo: Atlas, 1986.

OLIVEIRA, I. B. de. O Currículo como criação cotidiana. Rio de Janeiro: DP&A, 2012.

_____. Orientações para elaboração do Plano Plurianual 2012-2015. Brasília: MP, 2011.

_____. PAGONCELLI, D. Construindo estratégias para vencer: um método prático, objetivo e testado para o sucesso da sua empresa. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

_____. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 3ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1994.

REBOUÇAS, Djalma de P. Oliveira. PlanEJAmento estratégico: conceitos, metodologia e práticas. 22ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras aproximações. São Paulo: Cortez, 1991.



_____. Secretaria de PlanEJAmento e Investimentos Estratégicos. O Modelo de PlanEJAmento Governamental - PPA 2012-2015. Disponível em <http://www.planEJAmento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2012/mp_003_modelo_planEJAI Gov.pdf> Acesso em 19/01/2015.

_____. Tribunal de Contas da União. Manual de Auditoria Operacional. Brasília, 2010.

VASCONCELOS, C. S. PlanEJAmento: Plano de ensino educativo. São Paulo: Libertat, 1995.

VASCONCELLOS FILHO, P. PlanEJAmento estratégico para a retomada do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1985.